

DT

SÉRIE
DOCUMENTOS
DE TRABALHO

09

Valorização da cooperação Sul-Sul:

Avanços e desafios em Ibero-América



DT/09

Valorização da cooperação Sul-Sul:

Avanços e desafios em Ibero-América

SÉRIE DOCUMENTOS DE TRABALHO



Secretaría General
Iberoamericana
Secretaria-Geral
Ibero-Americana



PROGRAMA IBERO-AMERICANO
PARA O FORTALECIMENTO DA
**COOPERAÇÃO
SUL-SUL**

2016

Programa Ibero-Americano para o fortalecimento da Cooperação Sul-Sul
San Salvador

A Serie Documentos de Trabalho do PIFCSS tem o objetivo de contribuir ao acervo de conhecimentos em Ibero-América e fomentar o debate nas diferentes matérias que aborda sobre a Cooperação Sul-Sul e Triangular.

Consultor a cargo da investigação

Jorge Enrique Prieto Cardozo

Direção

Jaime A. Garrón Bozo, Gerente da Unidade Técnica, PIFCSS

Colaboração

Amílcar Mejía Ramírez, Técnico em Cooperação Internacional, PIFCSS

Desenho e Diagrama

Contracorriente Editores

ISBN: 978-99961-957-4-7

DESCARREGO: As opiniões vertidas no presente documento, corresponde ao sue autor e não necessariamente representam a postura do PIFSS ou seus países membros, nem as instituições das que se fazem referência.

© 2016 Programas Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul.

Tabela de conteúdo

ACRÔNIMOS/5

PREFACIO/7

INTRODUÇÃO/9

CAPÍTULO 1

MARCOS NORMATIVOS/17

1. Obrigatoriedade de valorizar ao CSS/18
2. Motivações políticas e técnicas para a valorização ao CSS/24
3. Limitantes para realizar a valorização nos países/25
4. Disponibilidade e acesso à informação para valorização/28
5. Considerações adicionais/34

CAPÍTULO 2

METODOLOGIAS DE VALORIZAÇÃO/37

1. As metodologias de valorização do CSS/38
2. Outras referências e metodologias de valorização/45
3. Outras formas de valorização/47
4. Informação associado aos exercícios de valorização/48
5. Valorização de outras expressões da CSS/51
6. Considerações adicionais/53

CAPÍTULO 3

DIFUSÃO E USO DA INFORMAÇÃO DE VALORIZAÇÃO/57

1. Destino da informação de valorização/58
2. Outros usos da informação de valorização/62
3. Considerações adicionais/64

CAPITULO 4

OPORTUNIDADES DE INTERCÂMBIO /67

CAPITULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS/71

BIBLIOGRAFIA/75

ANEXOS/77

1. Grupo de Tarefa de quantificação da Cooperação Sul-Sul/77
2. Fichas país/81
3. Panfleto de pesquisa sobre as metodologias e ferramentas de valorização da Cooperação Sul-Sul em Ibero-America (Novembro de 2015)/113

Acrônimos

AMEXCID: Agência Mexicana para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

APF: Administração Pública Federal do México

AT: Assistência Técnica

CEA: Conferência Estadística das Américas

CEPAL: Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

CI: Cooperação Internacional

CID: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

COBRADI: Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional

CSS: Cooperação Sul-Sul

CTSS: Cooperação Técnica Sul-Sul

GTMCSS: Grupo de Tarefas para a quantificação, quantitativa, e qualitativa da CSS

IPEA: Instituto da Investigação Econômica Aplicada do Brasil

LCID: Lei de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do México

PED: Países em Desenvolvimento

PIFCSS: Programa Ibero-Americano de fortalecimento da Cooperação Sul-Sul

RENCID: Registro Nacional de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do México

SEGIB: Secretaria Geral Ibero-Americana

SIGEP: Sistema de Gestão y Planificação do Chile

SIGFE: Sistema de Informação para a Gestão Financeira do Estado do Chile

SIMEXCID: Sistema de informação da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do México

Prefácio

Desde a sua implementação em 2010, o Programa Ibero-americano para o fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) tem estado focado ao fortalecimento das instituições reitoras da cooperação internacional em Ibero-América, desenvolvendo diversas ações com os Responsáveis da Cooperação, assim com as equipes de suas Unidades Técnicas.

De acordo a sua Estratégia de Mediano Prazo, os resultados esperados para o PIFCSS no período de 2015-2018 são: i) fortalecer as capacidades institucionais dos organismos responsáveis e fatores chaves na gestão da Cooperação Sul-Sul e Triangular dos países Ibero-Americanos; ii) melhorar a qualidade, oportunidade e disponibilidade da informação qualitativa e quantitativa sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular em Ibero-América; iii) promover e fortalecer a gestão do conhecimento como médio essencial da Cooperação Sul-Sul e Triangular; e, iv) posicionamento e visualizar a Cooperação Sul-Sul e Triangular Ibero-Americano em um marco global da cooperação para o desenvolvimento, assim como o que fazer diário do Programa próprio.

No marco de apoio que dá o Programa a seus países membros, particularmente no referido a “melhorar a qualidade, oportunidade e disponibilidade da informação qualitativa e quantitativa sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular em Ibero-América”, a valorização da Cooperação Sul-Sul tem sido um tema de crescente interesse com objetivo ao fortalecimento da capacidade para a abordagem dessa matéria.

Dessa forma, em julho de 2015, o Comitê Técnico Intergovernamental do PIFCSS concordou avançar no processo dessa temática. Conseqüentemente, se encarregou a uma realização de uma investigação denominada “Metodologias e Ferramentas de Valorização da

Cooperação Sul-Sul em Ibero-América” por intermédio da Unidade Técnica do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (UT-PIFCSS) a qual revelou casos de estudo e o estado de arte em quanto a abordagem da valorização da Cooperação Sul-Sul no espaço ibero-Americano.

Assim, o presente documento constitui-se no primeiro, de uma série de duas publicações, acerca da temática da valorização. Em quanto seu conteúdo, contempla o resultado de uma análise comparada de 16 países ibero-Americanos acerca do marco normativo, metodologias e ferramentas, disfunção e uso de informação, assim como oportunidades de intercâmbio, respeito à valorização da Cooperação Sul-Sul.

Agradecemos o aporte prestado por todas as agências e organismos nacionais reitores de cooperação internacionais que participaram do estudo, que apoiaram e forneceram informação e que fizeram possível o presente trabalho.

Confiamos em que a presente publicação constitui uma ferramenta útil para autoridades, técnicos, acadêmicos, e diversos atores vinculados à cooperação ibero-americana, com propósito de melhorar o entendimento de valorização do CSS a partir da experiência e lições aprendidas desde a prática

Jaime A. Garrón Bozo
Gerente | Unidade Técnica
Programa Ibero-americano para
o fortalecimento da Cooperação Sul-Sul

Introdução

A valorização da Cooperação Sul-Sul (CSS), é um assunto que tem estado na agenda do interesse dos países ibero-Americanos, com diferentes graus de relevância, bem seja no âmbito das atividades do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) e a Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) ou em outros espaços de discussão e integração, de maneira individual. De fato, para alguns países da região esta temática tem estado presente faz vários anos.

Durante o período 2007-2015, o debate sobre valorização na área ibero-americana teve diferentes manifestações², em particular, no referente ao ênfase sobre o uso de conceitos de “custo” e “valor” (especificamente referidos ao assunto de valorização)³.

Uma primeira etapa, entre 2007 e 2010, se caracterizou pelo debate ao redor do sentido e conteúdo de realizar processos de valorização. Durante esses anos se abordam assuntos fundamentais tais como; porque é importante abordar os temas de custo e valor na valorização da CSS? Quais são os temas mais relevantes para realizar a valorização? As respostas dos países fizeram ênfase em que a medição de custo e valor teria que derivar dos riscos, princípios e critérios associados à prática da CSS na área ibero-Americana.

1/ Ano em que começa a produção do Informe de Cooperação Sul-Sul

2/ Análises da apresentação de Cristina Xalma, Investigadora SEGIB, feita em oficina “metodologias e ferramentas de valorização da Cooperação Sul-Sul em Ibero-América”. Cartagena de Índias, Colômbia, fevereiro 24 e 25 de 2016. Ver Informe de Oficina.

3/ Análises realizadas com base na aparição das palavras custo e valor nas 8 edições do Relatório da Cooperação Sul-Sul.

Isto significa que têm que ter em conta dois elementos fundamentais; o primeiro, no âmbito da cooperação técnica, relacionada a considerara a expertise técnica como um meio fundamental para o fortalecimento de capacidades, onde a mobilização do recurso humano, que esta ao serviço do setor público, não se traduz em um pago ou custo direto. Entretanto, se em tal situação só se somam os custos diretos, a contribuição dos especialistas ficaria excluída da valorização. Em consequência, é preciso considerar um conceito mais amplo, focado no valor, que permita medir de melhor maneira o aporte da CSS.

O segundo elemento enfatizava em que a medição da CSS deve apoiar o discurso político; pois se argumenta que é uma cooperação vantajosa, abaixo do custo e do impacto direto e rápido, além de ser eficaz e eficiente, a valorização deve ter contribuído a sustentar e comprovar o que se afirma; em este sentido, se deve mostrar que a CSS tem um valor que vai mas além do custo relativo, pois aporta muito mais em términos do impacto que gera.

O anterior se complementava com duas discussões adicionais. Uma, fundamentalmente técnica, na que se fazia evidente a dificuldade de construir uma formula para valorar a CSS; e que era mais fácil estimar o custo e mais complicado passar o valor, pois tinha grandes interrogantes sobre como fazê-lo e como calculá-lo; por exemplo, como estimar o valor da *expertise* técnica. No anterior, se somava a dificuldade para dispor de dados para utilizar-los na valorização. De fato, na atualidade, em muitos casos, ainda não é disponível de forma completa de dados sobre o custo. Entanto que, bem assim podia-se ter uma formula, sem aceder aos dados, não seria fácil se aplicar e obter os valores correspondentes.

A outra discussão estava no terreno político, e tinha duas expressões; a primeira, se referia que medir o custo e o valor era, em ultima instancia, reduzir a CSS a uma unidade econômica e monetária, de tal maneira permita comparar, poderia levar a uma armadilha de estabelecer uma competência com outras formas de cooperação. Então, se os resultados da valorização são modestos, em relação a AOD, por exemplo, se poderia enfraquecer o discurso político da CSS. Desde essa perspectiva se questionava se convém visualizar-la economicamente.

A outra expressão, se relacionava com a confrontação entre o custo e o valor; Quando se perguntava aos países o que preferiam, inclinavam-se pelo valor, pois permite incluir mais elementos e dar uma dimensão econômica maior à cooperação. Por exemplo, na medida em que os custos de um país sejam comparativamente mais baixos que os do outro, sua cooperação se vai para infra valorar a respeito daqueles. No Entanto, se teria

que utilizar formas comuns de valorizar ao fim de posicionar a esta cooperação abaixo de um critério homologado e comparável.

A segunda etapa, entre 2010 e 2012, pode-se denominar da definição e delimitação, que se caracteriza pelo trabalho coletivo entre os países, SEGIB e o PIFCSS. Neste período se gerou uma pressão conceitual em relação ao que é cooperação, o que é custo, o que é valor e em que área se usa cada um deles. Em primeiro lugar, se alcançou em consenso de construir indicadores da CSS por meio de custo e valor e de continuar nas duas direções. Porém, se avançou mais rápido em diferentes dimensões dos custos (diretos, indiretos, orçamentados, executados, etc.) e melhorar a forma de registrar -los e de utilizá-los para explicar outros comportamentos da CSS (custos compartilhados, eficiência, etc.).

No âmbito do valor, só se consegue chegar a um consenso de sua definição, como um conceito mais extenso do que o custo, no que o mais relevante é o aporte técnico do capital humano. Com tudo, não teve desenvolvimentos adicionais em relação com a identificação dos componentes da fórmula de cálculo, nem com a identificação da fórmula específica que teria que se aplicar. Ao anterior, levou a que os trabalhos continuaram desenvolvendo-se no âmbito do custo, por meio de trocas de experiência, para conhecer o que fazia cada país, para o fim de determinar logo como seguir em conjunto.

Nesta etapa se decidiu registrar muita informação de custo como for possível e utilizar para um efeito de Relatório da Cooperação Sul-Sul. Não obstante, na área política, teve posições extremas na que se questionava a ideia de publicar informação sobre custos. Na edição 2010, por exemplo, os Responsáveis da Cooperação tomaram a decisão de não difundir informação de custos (já que esperava-se avançar no registro de informação de custos, que servisse de base para conhecer a situação da região em matéria da CSS, mas sem publicar no Relatório). Somente se incluiu informação daqueles países que expressamente tinham dado autorização.

Entre 2011 e 2012 a posição é um pouco mais flexível e se decide publicar informação do custo, não como uma forma de determinar a magnitude da CSS, mas também como um meio mais visível a outro comportamento da mesma. Nessa etapa, a mais de todas as ações encaminhadas a uma definição e precisão de conceitos, se avança em uma diferenciação no trabalho; o processo do custo se manteve para a produção do Relatório da CSS e os análises de valor se concentraram no PIFCSS.

Finalmente, a terceira etapa, entre 2012 e 2015, focada na sistematização, se concentra fundamentalmente no custo. O trabalho de conjunto de países, SEGIB e PIFCSS se

manteve e se manifesta, entre outras coisas, na construção do Sistema Integrado de Dados de Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular (SIDICSS) no ano 2015. Reportam-se avanços no registro do custo, mas a disponibilidade da informação para tais efeitos ainda é muito parcial e incompleta.

Por conseguinte, utilizando dados de custo, se optou por fazer análises mais extensas do comportamento da CSS, procurando passar de revisão de Cooperação Sul-Sul bilateral ao da Cooperação Sul-Sul Triangular. Não obstante, a pouca cobertura dos dados têm limitado a interpretação dos resultados. Para lhe dar maior força às análises, se utilizou um complemento de trabalho de dados e indicadores com a aplicação de técnicas estatísticas (distribuição de frequências, histogramas), que permita explicar de melhor maneira o que acontece na CSS da área Ibero-Americana.

Tal como se menciona previamente, em matéria de valorização, o PIFCSS e a SEGIB têm vindo trabalhando ativamente desde 2010. Em julho desse ano, em Cartagena de Índias, Colômbia, o PIFCSS organizou o Seminário-Oficina “Sistemas de Informação e Registro da Cooperação Sul-Sul em Ibero-América”, que o objetivo básico era a revisão, e definição de ações posteriores, no redor de uma gestão da informação e uma utilização de sistemas de informação nos países Ibero-Americanos.

Naquela situação, em particular nas discussões da Mesa do Trabalho No.2 “Geração de indicadores e valorização da Cooperação Sul-Sul”, se tocaram vários temas básicos para avançar no reto de atribuir um valor monetário a CSS. Se reconheceu a ênfase no registro de elementos eminentemente financeiros, assim como a existência da informação qualitativa referida à CSS. De outra maneira, se identificou a necessidade de compartilhar experiências ao redor de um uso dos sistemas de informação e da utilização de metodologias de valorização.

Mais tarde em novembro do mesmo ano, se publicou o Relatório da Cooperação Sul-Sul em Ibero-América 2010 que, em seu capítulo II “Ibero-América e a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral”, desenvolveu importantes conceitos vinculados com a valorização da CSS (SEGIB, 2010: 56- 59). Em particular, refere-se a uma valorização a cooperação técnica, elemento característico para a maioria dos casos da CSS. De outra parte, se faz a diferença entre custo e valor econômico. O primeiro conceito se entende como “... a soma dos gastos em que se incorre para realizar a cooperação...”; o que na atualidade se denomina custos diretos (passagens de voo, viáticos, materiais, etc.). Pelo que o valor econômico, toma a adição do custo econômico ao “...valor que se deu aos recursos técnicos e profissionais mobilizados para executar dita cooperação”. (SEGIB, 2010: 57). Esta definição se compara ao conceito técnico da “hora técnica”.

Desta maneira, por valorização se entende em dar-se um valor monetário à cooperação técnica Sul-Sul (CTSS), que recolhe os custos operativos e a estimação do valor correspondente a uma contribuição dos agentes técnicos que participam nos processos da CSS.

Em outras palavras, a valorização procura pôr os mesmos términos monetários em dois conceitos que diferem no seu nível de “tangibilidad”⁴. Por um lado, os gastos das correntes se leva as iniciativas da CSS e que, usualmente, são conhecidas pelos agentes que executam tais recursos, como são os já mencionados passagens de voo, viáticos e matérias.

Por outro lado, entendendo como o principal aporte da valorização, está a estimação, em termos quantitativos (unidades monetárias) da contribuição dos funcionários públicos que aportam seu conhecimento e experiência em tais processos. Esta é a forma de fazer evidente esse esforço das pessoas, instituições e países que, na medida em que não gera ou se manifesta em gastos específicos, normalmente é invisível e, enquanto, sua relevância é absolutamente evidente, sua “magnitud”, em muitos casos, não foi determinada.

Com o tempo, tem-se adicionado outros elementos, tais como os custos indiretos (apoio administrativo, logístico, etc.) e, incluso, o termino valorização têm se feito extensivo a outras formas da CSS como becas, e ajuda humanitárias, entre outras.

Em outra etapa, e como continuação das ações do PIFCSS na matéria, os temas relacionados com valorização foram vinculados as discussões da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). Esta Comissão, mediante Resoluções 647 (CEPAL 2010) e 675 (CEPAL 2012), incluiu em sua agenda o desenvolvimento dos indicadores para a avaliação do impacto econômico e social da CSS.

Posteriormente, no Primeiro Comitê da CSS da CEPAL, por iniciativa dos Responsáveis da Cooperação, se determinou que o objetivo de tais Resoluções, em matéria de indicadores para CSS, teria que se dirigir a uma medição do valor econômico de tais atividades (CEPAL, 2013) e, para isso, estabeleceu a participação do PIFCSS e da Conferência Estatística das Américas (CEA). A sua vez, nesta última, se criou o Grupe de Tarefas para a quantificação, quantitativa e qualitativa da CSS (GTMCSS)⁵, no efeito em que se há desenvolvido discussões ao redor da definição de propostas de metodologia de medição,

4/ Que se pode perceber de maneira clara e precisa.

5/ Composto por Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela.

elementos a medir e glossário de termos, entre outros. No Anexo No.1 se apresentam uma relação das principais atividades desenvolvidas no marco da CEPAL e da CEA.

A crescente importância da temática da valorização da CSS, entendendo o grau de diversidade que existe em Ibero-América respeito a sua consideração e os diferentes níveis de avance em sua abordagem por parte das agências e organismos reitores em matéria de cooperação internacional, motivaram a uma realização do presente estudo encarregado pelo PIFCSS, de maneira a *“...realizar uma análise de comparação e detalhe sobre as características e enfoques das normativas, metodologias e ferramentas identificadas de valorização da CSS, e identificar sinergias e pontos em comum assim como eventuais divergências”*. (PIFCSS, 2015)

Assim, a presente investigação pretende determinar qual é o estado de avance dos processos de valorização nos países Ibero-Americanos. Para isso, se há revisado os principais assuntos relacionados com a formulação e postos em funcionamento de este tipo de processo, tais como a existência dos marcos normativos propícios, metodologias específicas para tais fins e procedimentos adequados para a captura e o processo da informação de execução da CSS. Igualmente, se têm estudado as principais utilizações adicionais da informação produzida, assim como as motivações estratégicas dos países para implementar a valorização.

O desenvolvimento do trabalho permitiu o uso de um boletim de pesquisa dos países ibero-Americanos⁶ membros do PIFCSS, que é investigado por marcos regulatórios que suportam os processos de valorização, as metodologias utilizadas para esses fins, o uso de informação de valorização e as oportunidades para a troca de experiências e conhecimento sobre este matéria⁷. Uma vez recibidas as pesquisas, em alguns casos particulares, procedeu-se a solicitar esclarecimentos ou informações adicionais para esclarecer as respostas dos países.

Dos 20 países Ibero-Americanos, 16 respostas foram recebidas; sobre este número se realizaram todos os cálculos de frequência e participação, com base em análise e as conclusões do estudo comparativo.

6 / Os 16 países Ibero-Americanos que participaram foram: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana e Uruguai.

7 / A pesquisa está no Anexo 1.

Na análises incluem-se todas as respostas obtidas. Para uma melhor compreensão de cada temática, inclui-se Tabelas ou Quadros que representam as respostas específicas dos países específicos ou textos que ampliam as ideias expressas são incluídas. No final dos documentos os perfis dos países estão incluídos.

O documento consiste em cinco capítulos, nos quais são apresentados e analisados os resultados do estudo em matéria de marcos normativos, metodologias de avaliação, difusão e uso da informação da valorização, opções de troca de conhecimento e visão geral desses processos nos países Ibero-Americanos.

01

Quadros Regulatórios

Os quadros regulatórios são elementos essenciais para dar a ordem e direção de estratégias aos processos e procedimentos de carácter estatal e governamental. Ao mesmo tempo de facultar e ordenar a certos agentes públicos a execução de ações específicas, determinar a intenção e as motivações que leva a tais decisões. Por isso, eles são o espaço propício para a gestão oficial.

Neste cenário, a continuação se apresenta no contexto formal (leis, decretos, resoluções e outras ferramentas normativas), que enquadram explicitamente a existência de processos de valorização nos países Ibero-Americanos, determina as motivações para optar por este tipo de exercício e ordena as instituições competentes, de acordo com as suas responsabilidades, a capturar ou reportar a informação correspondente.

Além disso, no sentido oposto, identificam-se as principais dificuldades ou impedimentos e tornam-se limitantes para que os países possam avançar seus processos de valorização de seu CTSS. Ele também, permite identificar o conjunto de países Ibero-americanos onde existem pontos fortes e experiências que permitem, através da troca de conhecimentos, apoiar o avanço dos países que desejam superar tais limitações.

Finalmente, tendo em conta que a informação de execução de iniciativas de CTSS é um elemento determinante para valorizar, é investigado pelo acesso, a disponibilidade e o tipo de informação com que contam os países para adiantar tais processos.

1. OBRIGATORIEDADE DE VALORIZAR A CSS

É claro que a nova fase da CSS que estão vivendo os países da região tem trazido da mão a definição, reforço e ampliação de diferentes instrumentos legais e de política e estratégia, por um lado, buscam oferecer uma melhor localização para CSS em seu quadro institucional e, por outro, ajustar regulamentos, processos e procedimentos para maior dinâmica desta forma de cooperação.

Tal como diz o Diagnóstico de Marcos Normativos e Institucionais para a Gestão da Cooperação Sul-Sul nos países da Ibero-América, uma tendência positiva que se destaca é “... o desenvolvimento de políticas e documentos de diretrizes políticas e estratégicas, a presença um padrão mínimo na maioria dos países, o crescimento do espaço ocupado pelo CSS na gestão da cooperação internacional ...” (PIFCSS, 2014: 23). Assim, em termos gerais, a gestão da CSS -e em muitos casos, a cooperação internacional (CI) ou de cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) - tem um respaldo de carácter jurídico, estratégico e institucional.

Como inicialmente estabelecido, o objetivo desta pesquisa é determinar se existem quadros regulatórios, que sirvam especificamente, para determinar pelo menos três aspectos: i) mandato para os agentes nacionais coordenadores da CSS / CI / CID para fazer avançar os processos de valorização do CSS; ii) a possibilidade de tais agentes para acessar informações do CSS que se desenvolve pelos diferentes atores nacionais; e, iii) obrigatório para as instituições nacionais (ou federais), ou outras ordens, transferir os dados para agentes coordenadores cooperação.

Ao contrário à existência de quadros regulamentares que dão contexto para à gestão do CSS, assuntos apresentados em detalhe no *Diagnóstico documento de marcos regulatórios e institucionais para a gestão da cooperação Sul-Sul nos países da Ibero-América* (PIFCSS, 2014), como referenciado, a valorização da CTSS, explicitamente, só está presente nos regulamentos de um país: México⁸.

A Lei da cooperação internacional para o desenvolvimento do México (LCID) (Câmara dos Deputados do H. Congresso da União, 2011) é uma Lei federal e aplica-se aos departamentos e organismos da Administração Pública Federal (APF). Ele é responsável por regular

8 / De fato, como será discutido a seguir, este é um dos principais constrangimentos identificados pelos países para aprofundar os processos da valorização CSS.

todo relativo à gestão da CID e de estabelecer de maneira específica os alinhamentos jurídicos relacionados com o cumprimento dos objetivos do Programa de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e a gestão e quantificação⁹ dos recursos públicos alocados a tais processos. (Câmara dos Deputados do H. Congresso da União 2011: Art. 1 -3).

Além disso, no âmbito das competências da Agência Mexicana para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID)¹⁰, que se relacionam com a negociação, gestão e promoção da CID com entidades da AFP, se inclui a responsabilidade de administrar o Registro Nacional e o Sistema Nacional da Informação da Cooperação Internacional para o desenvolvimento (Câmara de Deputados do H. congresso da União de 2011: Art. 10, parágrafo VIII).

De acordo com LCID, o Registro Nacional de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (RENCID), que é criado no Terceiro Título, vai conter informações relacionadas com os acordos, convenios, projetos e ações (em oferta e demanda) que são desenvolvidas pelos agentes AFP em matéria da CID (Câmara dos Deputados do H. Congresso de 2011: Art 27 - 28.). Por seu lado, o Sistema de Informação da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SIMEXCID)¹¹, vai permitir analisar a coerência e convergência das diferentes iniciativas da CID que promovam as entidades da AFP. No artigo 32, Estabelece-se a obrigação para que tais entidades apoiem a AMEXCID na organização e atualização do Sistema.

Finalmente, no artigo 12, a LCID ordena a AMEXCID que, com base da informação do RENCID, desenvolver uma metodologia para quantificar os vários recursos públicos destinados a CID.

Além disso, embora outros países tenham marcos normativos que favoreçam a gestão da CSS, eles não têm ou não aparece explicitamente exige mandatos para melhorar o CTSS e / ou obrigar as suas instituições para relatar informações relacionadas. Neste último, é necessário mencionar a exceção do Equador, um país no seu regulamento de planejamento e finanças públicas ordenam o registro de informações relativas à cooperação internacional que na frente dos agentes do sector público central (Assembleia Nacional, 2010: Art. 69). No Recquadro No. 2 apresentam-se os textos pertinentes do artigo 69 do Código de Planejamento e Finanças Públicas do Equador.

9 / No caso do México não é chamado de valorização, mas de quantificação.

10 / Que é criado por esta Lei, no artigo 7.

11 / Criado no Capítulo II do Título III do LCID.

REQUADRO 1.

Artigos selecionados. Lei de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do México¹²

Em relação com o âmbito da Lei (apartes dos artigos 1 a 3):

“Artigo 1. Esta lei é de ordem pública e a observância geral em todo o território nacional, e será usada sem prejuízo das disposições dos tratados internacionais.

Esta Lei têm o objetivo de proporcionar ao Poder Executivo Federal as ferramentas necessárias para a programação, promoção, acordo, fomento, coordenação, execução, quantificação, avaliação e fiscalização das ações e Programas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento entre os Estados Unidos Mexicanos e os governos de outros países e organizações internacionais, para a transferência, recepção e intercâmbio de recursos, bens, conhecimentos e experiências educacionais, culturais, técnicos, científicas, econômicos e financeiras”.

“Artigo 2. As disposições da presente lei estabelecem as diretrizes legais para:

- I. O cumprimento dos objetivos escritos no Programa de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.
- II. A administração, quantificação e fiscalização dos recursos públicos humanos, materiais e orçamentais atribuídos diretamente ou transferidos para à Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, através da Secretaria de Relações Exteriores para o cumprimento exclusivo das tarefas de coordenação, acompanhamento e avaliação do Programa de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, a nível nacional, binacional, regional e multilateral, em seus diferentes vertentes.
- III. A Administração, quantificação e controlo dos recursos que a Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento receba de outras fontes nacionais e internacionais, por meio de procedimentos que garantam a total transparência“.

“Artigo 3. Estão sujeitos a esta Lei as dependências e os órgãos da Administração Pública Federal.”

Em relação ao mandato do AMEXCID (apartes do artigo 10):

“Artigo 10. A AMEXCID terá as seguintes atribuições:

- I. Organizar, coordenar e estimular as ações de cooperação internacional com as dependências e com os órgãos da Administração Pública Federal;
- VIII. Gerenciar, como parte das suas funções, o Registro Nacional e do Sistema Nacional de informação da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento”;

12 / As referências bibliográficas específicas foram feitas nos parágrafos acima do Quadro.

Em relação ao RENCID (artigos 27 e 28):

“Artigo 27. Se cria o Registro Nacional, como uma função do AMEXCID, que estará sob a sua responsabilidade directa, sem prejuízo das disposições para o efeito fornece os Regulamentos Internos do Secretariado.

Artigo 28. No Registro Nacional serão inscritas:

- I. O relacionamento das dependências e órgãos da Administração Pública Federal que participam nas ações de cooperação internacional;
- II. Os acordos e convênios em matéria de cooperação internacional assinado pelo governo mexicano com outros governos e organizações multilaterais;
- III. Os projectos e ações de cooperação internacional em que participam como receptores ou doadores as dependências e entidades assinadas no artigo 3, e cuja promoção, acordo e execução envolver o Secretariado e / ou AMEXCID;
- IV. As ofertas de cooperação internacional em matéria de ensino, culturais, técnicos, científicos, económicos e financeiros trazidos para o México por instituições e governos estrangeiros e organizações multilaterais;
- V. As demandas de cooperação internacional em matérias educacionais, culturais, técnicos, científicos, económicos e financeiros, apresentadas para o México por países terceiros;
- VI. Os sujeitos enunciados no artigo 3 que teriam recebido da AMEXCID a qualificação de cooperantes;
- VII. Os acordos de cooperação internacional que celebrem, tanto em qualidade de ofertantes como de demandantes, as dependências e entidades consignadas no Artigo 3 e os centros de investigação pertencentes ao setor públicos;
- VIII. Os relatórios dos cooperantes de mexicanos e estrangeiros, ao termo de suas missões de cooperação internacional;
- IX. Os tratados internacionais e das disposições legais directa ou indirectamente relacionados à cooperação internacional para o desenvolvimento;
- X. Os montantes das dotações orçamentais federais para o Fundo Nacional para a Cooperação Internacional e relações de fideicomissos criados para financiar projetos específicos;
- XI. As avaliações dos resultados finais das ações de cooperação internacional coordenados pelo AMEXCID, e
- XII. Os valores, modalidades e exercício dos recursos financeiros, as doações e as contribuições em espécie que proviam dos governos estrangeiros e agências Internacionais, decorrentes dos sistemas de cooperação internacional que fazem parte do Estado Mexicano “.

REQUADRO 1.

(Continuação da página anterior)

Em relação aos SIMEXCID (artigos 29 a 31):

“Artigo 29. Com base nas informações inscritas no Registo Nacional, o AMEXCID criará, organizará, administrará e manterá atualizado, como uma de suas funções, o Sistema de Informação da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, estabelecendo um banco de informações que permita uma identificação de concorrência e, se for caso disso, a duplicação de esforços, e as possíveis iniciativas contraditórias de cooperação internacional que incentivem as dependências e órgãos da Administração Pública Federal.

As informações inscritas no Registo Nacional deve ser pública e estão sujeitos às disposições da Lei Federal de Transparência e Acesso à Informação Pública governamental.”

“Artigo 30. Toda a pessoa terá direito a que a AMEXCID ponha a sua disposição a informação pontual que solicite sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento, nos termos previstos pelas leis”.

“Artigo 31. A AMEXCID, sob a coordenação da Secretaria, desenhará e porá em prática uma política de divulgação dos resultados e benefícios das ações de cooperação internacional para o desenvolvimento, especificando as gestões do Estado mexicano na sua qualidade de receptor e oferente deste tipo de cooperação “.

Em relação à obrigação de registo por entidades da AFP (artigo 32)

“Artigo 32. As dependências e entidades da Administração Pública Federal doates o beneficiarias das ações de cooperação internacional serão obrigados a cooperar com AMEXCID na organização e actualização do sistema de informação, através dos relatórios de apresentação anual de informes sobre os acordos interinstitucionais em materia de cooperação internacional para o desenvolvimento .”

Em relação com a metodologia de quantificação (Artigo 12)

“Artigo 12. A AMEXCID, apoiada por dados do Registo Nacional, deve desenvolver uma metodologia para contabilizar o total dos recursos humanos, financeiros e técnicos que o conjunto dos cooperantes mexicanos que colaboraram para esse propósito.”

REQUADRO 2.

Textos Selecionados. Códigos de Planificação e Finanças Públicas do Equador

“Art. 69 ... As entidades do setor público, contempladas no âmbito do presente código, que executem ações, programas e projetos com recursos que provia da cooperação internacional não reembolsável, são obrigados a registrar-se com o corpo técnico competente.

O registo obrigatório, para informação, de ações, programas e projectos de cooperação internacional executados pelo setor público, deve ser dada perante a agência técnico competente. Esta agência será responsável por realizar o acompanhamento e avaliação da cooperação internacional não reembolsável e implementar o sistema de informação correspondente.

No caso de cooperação internacional não financeira, o cooperante deve apresentar informações de acordo com os regulamentos nacionais, ao menos semestralmente, o agência técnico competente “.

REQUADRO 3.

textos selecionados. Declaração Anual do Peru

“No âmbito das leis existentes, tanto na Regras da Lei de cooperação Técnica Internacional aprovado pelo Decreto Supremo N° 015-92-PCM, bem como a Lei nº 28386, determina que as entidades públicas e privadas devem enviar via “online” através da Pagina Web da APCI no período de janeiro a março, as intervenções de informação (programas, projetos, atividades) executados com recursos da Cooperação Internacional Não Reembolsável (CINR) durante o ano finalizado.

No caso das entidades inscritas no Registo das ONGD (pessoas jurídicas sem fins lucrativos-nacional) e no Registro ENIEX (pessoas jurídicas sem fins lucrativos-estrangeiras), levando pela APCI, também deve complementar esta informação com a apresentação do Plano de Actividades para ao ano começado.

As variáveis que apresentam o formato da Declaração Anual obriga a apresentar informações das entidades envolvidas (executor, financiador), quadro lógico, âmbitos de execução, classificação temática (ODS, ODM, Política Nacional de CTI, DAC), informação financeira e avaliação dos resultados.”¹³

Por seu lado, a Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) informou que “... no âmbito da Declaração Anual existe a obrigação de declarar os custos e exaçoção relacionada com a cooperação, embora isso não é necessariamente se cumpra para o caso de CSS, porque os formatos são definidos para a Cooperação Norte Sul”¹⁴. No Requadro No.3, apresentam-se o texto normativo correspondente.

2. MOTIVAÇÕES POLITICAS E TÉCNICAS PARA VALORIZAR A CSS

Sobre as motivações para o desenvolvimento de exercícios de valorização, é preciso recordar que a pesquisa enviada aos países Ibero-Americanos indagava por aquelas derivadas de seu marco normativo. Implicava, em seguida, que a única resposta teria-se do Mexico. Mas, alguns países expressaram seus conceitos em torno deste assunto. Portanto, embora não relacionadas com as regras, mas sim com o fato de valorizar, na tabela No. 1, são resumidas todas as respostas recebidas.

TABELA 1.

Motivações para valorizar a CSS

País	Vizibilização da CSS que faz o país	Valorização do aporte técnico que oferece o país	Transparência do gasto público	Insumo de estatística oficiais	Outros
Mexico	☑	☑	☑		
Bolívia					Aporte técnico entre os países
Costa Rica	☑				Vizibilizar, quantitativa e qualitativamente a CSS
Guatemala		☑			
Honduras					Conhecer os resultados alcançados com a CSS
Perú	☑	☑			
Portugal		☑			
República Dominicana					Quantificar os aportes reais dos associados de cooperação

Fonte: Elaboração propia com base em informação dada pela Pesquisa dos países.

14/ transformado pela pesquisa do Peru.

Refletindo na Tabela 1, embora corresponda uma pequena amostra dos países da Ibero-América, a motivação principal para valorizar a CTSS está no interesse de “quantificar” o suporte técnico; isso significa, colocá-los em valores monetários os esforços dos especialistas, as suas instituições e países quando participam no processo de CSS.

Isto está intimamente relacionado com o interesse de ter uma maneira de “mostrar” o que os países fazem em CSS. Este elemento é perfeitamente compatível com o encontrado nos estudos de caso desenvolvidos¹⁵ quando os funcionários entrevistados em cada país convergiram em expressar que, para além de procurar obter valores monetários significativos, a coisa mais importante era visualizar o desempenho de cada país na CSS e suas contribuições para os processos de desenvolvimento de outros países em desenvolvimento (PED).

Finalmente, é útil considerar as contribuições da Bolívia, Costa Rica e República Dominicana em relação a outras motivações. O expressado por estes três países chamou a atenção sobre a importância de valorizar as contribuições dos diferentes agentes envolvidos nos processos de CSS.

Como será visto a seguir, o que contrasta com o uso das informações da valorização que, como encontrado no estudo, concentra-se quase exclusivamente no CTSS oferecida por cada país e muito pouco sobre o que ele recebe de seus membros ou o que eles assumem como contrapartida para a implementação de iniciativas conjuntas.

3. LIMITANTES PARA REALIZAR A VALORIZAÇÃO NOS PAÍSES

Uma situação muito importante na análise de valorização da CSS nos países Ibero-americanos, uma questão tem a ver com as limitações identificadas por eles para fazer avançar os processos no campo. Sobre esta questão, em essência, você quer saber quais são os principais fatores por trás de um país que não está realizando ações de valorização ou que, se ele faz, gerar algum tipo de obstáculo para desenvolvê-las de melhor maneira.

Os elementos que foram considerados estão relacionados com a existência de quadros regulamentares e metodologias de valorização; sua aplicação efectiva, se eles têm-os; a facilidade de acesso e disponibilidade da informação, e outras restrições de natureza institucional ou financeira.

15/ Ver “Valorização da Cooperação Sul-Sul, Estudos de caso: Brasil, Chile e México” Estudos de séries, PIFCSS. De 2016.

Todos os países que responderam à pesquisa (16), que se manifesta de maneiras diferentes sobre as restrições apresentadas para realizar a valorização. Neste ponto deve ser esclarecido que as respostas foram dadas dos países que agora desenvolvem o processo de valorização, como os que estão em vias de aplicar, como também para aqueles que ainda não aprenderam medidas para tais fins. Os resultados são apresentados abaixo na Tabela No. 2.

TABELA 2.

Limitações para valorizar a CSS

Limitantes	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Colombia	Costa Rica	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	México	Paraguai	Perú	Portugal	R. Dominicana	Uruguai	Total	Porcentagem
Existe interesse em valorizar, mas não existe uma metodologia clara	☑				☑	☑		☑	☑	☑			☑	☑	☑	☑	10	63%
Não se há considerado a necessidade de valorizar																	0	0%
Não existe um quadro regulamentário que apóie a valorização			☑	☑	☑	☑		☑		☑			☑		☑	☑	9	56%
Si existe um quadro regulamentário, mas não é aplicado na valorização da CSS																	0	0%
Restrições institucionais															☑		1	6%
Restrições de acesso a informação			☑				☑			☑	☑		☑		☑		6	38%
Restrições de disponibilidade da informação		☑	☑		☑		☑			☑	☑		☑		☑	☑	9	56%
Restrições orçamentais						☑			☑								2	13%
Outros limitantes					☑					☑		☑					3	19%

Fonte: Elaboração própria com base em informação dada em Pesquisas dos países.

Em termos agregados, as restrições ao acesso e disponibilidade à informação são o principal problema para valorizar. Além disso, individualmente, as restrições na disponibilidade têm uma das maiores pontuações (56%), superado apenas pela falta de metodologias claras para a valorização (63%). Esta situação de informação, como se tornou evidente em diferentes análises da CSS, e até mesmo o CI geralmente, aparece regularmente em principais grandes oportunidades para melhorar a gestão de processos dos países, em geral, e das instituições coordenadoras da CI, em particular.

Vale a pena considerar que esta situação não é exclusiva para os países que têm pouca experiência em valorização. Brasil e México manifestaram, mesmo dentro do progresso significativos que pode exibir na matéria, que reconhecem as limitações relativas a estes aspectos. Portanto, o Brasil está avançado em ter um quadro legal que irá fortalecer o processo e facilitar a captura de informações de instituições federais.

Em segundo lugar, a falta de metodologias claras para valorizar, como dez países, explica, também, não estar desenvolvendo processos de valorização. Neste ponto, a dificuldade não é exactamente a falta de informação, mas na ausência de um conjunto coerente de elementos conceptuais e técnicas que, acompanhada por critérios e procedimentos bem definidos, que possa gerar os dados permanentes, estatísticas e outras informações fiáveis, que mostrem os gastos relacionados com as diferentes iniciativas de CSS a cabo pelos países, assim como o valor para o suporte técnico de funcionários das instituições públicas envolvidos em tais processos. Como avanço do análise aparte correspondente a metodologias, pode-se dizer que o Brasil, Chile e México têm e aplicam metodologias de valorização e que Colômbia e Equador vão começar a utilizar as deles durante 2016.

Como já mencionado, 56% dos países (9 países) identificada como uma restrição fundamental a falta de quadros regulamentares. Tal como revisto em separado correspondente, a partir da experiência de México¹⁶, se espera que tais estruturas garantam facultades expressas nas entidades que coordenam a CI para desenvolver os processos de valorização, e solicitar e obter as informações necessárias sem maiores restrições.

Além disso, deve-se definir os mecanismos e ferramentas para tais fins e gerar a obrigação de para que as outras instituições possam transferir as informações aos funcionários que efectuem a valorização. Entende-se, então, que a “força do legal”, de acordo com os órgãos de coordenação da cooperação dos 9 países, é uma garantia de progresso nos propósitos de valorização.

16/ O quadro regulamentario é representado por uma Lei da República (o LCID já referenciado).

Finalmente, com importância muito mais baixa, referenciaram-se dificuldades institucionais, orçamentais e de “Foco”, como observou Paraguai, a incapacidade de desenvolver ações em matéria de valorização. Honduras observa, como uma restrição estrutural que ainda não tenha-se reconhecido a importância nem o valor acrescentado da CSS. Além disso, Colômbia identificou como outra limitação, a *“falta de tempo e de recursos humanos na agência para desenvolver um exercício que exige rigor metodológico e investigação. Rotação nas entidades executores, dificultando o acesso a dados financeiros e perfis dos expertos envolvidos nas trocas.”*¹⁷

4. DISPONIBILIDADE E ACESSO À INFORMAÇÃO PARA VALORIZAÇÃO

Como mencionado acima, a disponibilidade e acesso à informação são questões fundamentais de antecedência, entre outras questões estratégicas, dos processos de valorização. Neste contexto, se perguntou aos países e, em especial, os seus organismos de coordenação da CI sobre três questões importantes; em primeiro lugar, as informações que têm da CSS em execução. Em segundo lugar, qual a percentagem que é produzido pelo organismo de coordenação e como adquirem o resto das informações requeridas. Finalmente, o que é a frequência de recepção do último.

4.1. DISPONIBILIDADE DA INFORMAÇÃO DE EXECUÇÃO DA CSS

Em relação à implementação da CSS, como pode-se ver na Tabela No. 3, um fato óbvio é que, em geral, grande parte dos países tem a informação relevante. De fato, 11 dos 16 (perto do 70%) entrevistados, expressaram ter informações sobre os bilhetes, alojamento e alimentação; 10 países (62,5%) adicionado informações de transporte interno e 8 (50%) incluiu materiais.

Por seu lado, o conceito de “outro” Argentina¹⁸ e Uruguai, incluíram os seguros médicos ou de viagem. Argentina, também registrou entradas e doações para projetos. México e Chile tornou evidente a existência da informação relacionada com o valor estimado dos seus peritos, com base em tabelas de remuneração dos funcionários públicos, que se

17/ Retirado do inquérito da Colômbia.

18/ A informação sobre CSS que da Argentina vem principalmente da execução do Fundo Argentino da Cooperação Sul - Sul e Triangular.

estende para o Brasil, como foi salientado por funcionários do IPEA e ABC nas entrevistas para a construção de estudos de caso de países.

TABELA 3.

Limitações para valorização a CSS

Itens de gastos	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica ¹⁹	Equador ²⁰	El Salvador ²¹	Guatemala ²²	Honduras	México	Paraguai	Perú	Portugal	R. Dominicana	Uruguai	Total	Porcentagem
Passagens	☑		☑	☑	☑	☑	☑	☑	☑		☑		☑			☑	11	69%
Alojamentos	☑		☑	☑	☑	☑	☑	☑	☑		☑		☑			☑	11	69%
Alimentação	☑		☑	☑	☑	☑	☑	☑	☑		☑		☑			☑	11	69%
Transporte interno	☑		☑	☑	☑	☑	☑	☑			☑		☑			☑	10	63%
Materiais	☑		☑	☑	☑	☑	☑	☑			☑						8	50%
Seguro médico/ de viagem	☑															☑	2	13%
Insumos e doações para projetos	☑																1	6%
Estimação valor do experto/ escala salarial pública			☑	☑							☑						3	19%

Fonte: Elaboração própria com base em informação proporcionada na Pesquisa dos Países.

19/ Costa Rica, disse em sua pesquisa que os conceitos escolhidos “... respondem ao Programa de Cooperação Triangular Costa Rica-Espanha. No caso de Transporte Interno e materiais os contribuem os parceiros, também homólogos contribuem o horas de trabalho”.

20 / Equador incluiu no conceito de “outros”, “Análise de Custo de Oportunidade e valorização dos custo / pessoal técnico.” Isto corresponde aos elementos contidos na metodologia que serão levadas a efeito em 2016.

21 / El Salvador esclareceu sua resposta com o seguinte texto “No caso dos projetos que El Salvador é executado como um ator fornecedor, se tiver informação referente aos anteriores rubros, uma vez que os fundos vêm dos mecanismos estabelecidos no nosso Fundo de El Salvador de Cooperação Sul-Sul. Quando são projectos de recepção, alguns destes dados, dependendo da atividade correspondente (estágio, recepção de especialistas, entre outros), os dados são obtidos com as instituições nacionais executores dos projetos, já que eles levam um registro dos gastos que idquieren sob ao conceito de contrapartida. “

22 / Guatemala diz que têm essa informação em alguns casos.

Cinco países não estabeleceram especificamente nenhum dos conceitos pré-estabelecidos. Bolívia, disse que não tem a informação, porque “... *CSS é executado pelas instituições beneficiárias dos projeto ...*”; Portugal disse que não respondeu como eles não têm projetos de cooperação triangular em execução no momento do inquérito; por sua vez, Paraguai, incluiu no conceito de “outra”, a informação partilha de custos. Honduras e República Dominicana não responder à questão em análise.

Todas as anteriores que sugerem que, em termos de disponibilidade, a informação básica relacionada com o que tem sido chamado, em termos de valorização, os custos diretos, existe na maioria dos países, particularmente em suas instituições coordenadoras da CI . Além disso, também tem uma alta correlação com o fato de que eles são ou estão a-se projectada como “fornecedores” da CSS, uma vez que à medida que expandem suas atividades nestas áreas lidar com a melhoria de registro e incluir outros conceitos de gasto adicionais aos tradicionalmente conhecidos (as tarifas aéreas e viaticos).

4.2 ORIGEM E ACESSO A INFORMAÇÃO DE EXECUÇÃO DA CSS

Neste ponto, uma vez que é sabido que, de modo geral, os países têm informação básica custando (custos diretos) das iniciativas de CSS (ou CID, conforme o caso), é necessário identificar a fonte das informações, para ter uma abordagem para a cobertura, atual ou potencial, dos processos de valorização.

Às autoridades de coordenação da CI foram perguntados pela percentagem de informações de execução de CSS que ocorre dentro de tais instituições. Tal como é apresentado no Tabela No. 4 a maioria dos países concentra uma alta proporção das informações de seus agentes coordenadores de CI. Isso é explicado, por um lado, que são, em muitos casos, aqueles que têm sido responsáveis por prover e reforçar as práticas da CSS e, por outro, são aqueles com recursos exclusivamente para essas iniciativas.

Particularmente para os países que nos últimos anos adotaram políticas ou estratégias para entrar ou melhorar a sua posição como fornecedores de CSS, esta é a situação regular. Ou seja, o agente coordenador promove e concordou com projetos ou atividades, as instituições nacionais especializadas colocam seus especialistas e técnicos disponíveis para eles e o primeiro a cobrir os custos directos, relacionados com a circulação de nacionais ou a recepção profissional de estrangeiros que participam de atividades para trocar de conhecimentos e experiências.

TABELA 4.

Origem da informação da execução da CSS

Percentagem informação própria ²³	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador ²⁴	El Salvador ²⁵	Guatemala ²²	Honduras	México	Paraguai ²⁶	Perú ²⁷	Portugal	R. Dominicana	Uruguai ²⁸	Percentagem ²⁹
Passagens	100	10	95	95	100	0	100	50	30	100	100					100	73%
Alojamento	100	10	95	95	100	0	85	50	30	100	100					100	72%
Alimentação	100	10	95	95	100	0	85	50	30	100	100					100	72%
Transporte interno	80		95	95		0	50					100				100	65%
Matérias	80	10	95	50		0	100										48%
Seguro Médico/ da viagem	100															100	100%
Insumos e doações para projetos	80																80%

Fonte: Elaboração própria com base em informação dada nas Pesquisas dos países.

Não obstante ao anterior, em particular, quando outras instituições nacionais-diferentes às intâncias coordenadoras- concordam e financiam incentivos CSS, em alguns casos, a realização da informação gerada pelo primeiro, é de difícil acesso para o último. Nos países onde as instituições sectoriais têm alcançado grande reconhecimento e são muito

23/ informação proveniente das instituições coordenadoras da CI.

24/ De acordo com a informação de SETECI incluída na pesquisa “SETECI atualmente não tem um fundo que permita que essa informação seja originada da instituição, a partir de 2016 vai-se ter com a mesma o que vai deixar a percentagem de informações proveniente”

25 / Conforme mencionado na edição anterior da disponibilidade, El Salvador declara que a informação disponível é relevante para a implementação do plano de Fundo Salvadorenho de Cooperação Sul - Sul.

26 / Paraguai relatou na pesquisa que têm 100% da informação dependente para a instituição. Para fins de análise, a percentagem é atribuída aos princípios de custeio.

27 / De acordo com a resposta contida na pesquisa, a APCI tem um recurso em OIM, organização que regularmente da relatórios de execução.

28 / De acordo com a pesquisa de Uruguai, “ Somente temos as informações executado por AUCI custa nestas áreas. Desconhece-se, em geral, o montante pago pelas instituições nacionais “. Portanto, 100% para todos os conceitos de gastos.

29 / Promédia aritmética calculada com base no número de países que responderam a cada item de gasto.

ativos nos cenários da CI, o “vazamento” de informação pode ser perceptível e os agentes coordenadores devem esforçar-se cuidadosamente para motivar às instituições a trabalhar em conjunto e compartilhar a informação relevante para as suas actividades independentes. Isto, entre outras coisas, e, embora os efeitos são mais largas, leva a tomar iniciativas de construção de sistemas nacionais de cooperação ou a promoção de regulatórias para ordenar a CI e, entre outras coisas, acesso a informações de outros agentes.

Conforme registrado na Tabela No. 5, 11 dos 16 países (perto do 70%), pedem a outras instituições as informações da que não está disponível. Não entanto, dos 11, apenas 6 (pouco mais da metade), expressaram receber informação³⁰. Encuando a periodicidade,

TABELA 5.

Acesso a informação de execução da CSS de outras entidades

Opções de acesso	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica ¹⁹	Ecuador ²⁰	El Salvador ²¹	Guatemala ²²	Honduras	Mexico	Paraguai	Perú	Portugal	R. Dominicana	Uruguai	Total	Porcentagem
Pede informação a outras instituições	☑	☑	☑	☑			☑	☑	☑		☑	☑	☑			☑	11	69%
Não pede informação a outras instituições					☑	☑				☑				☑	☑		5	31%
Recebe a informação pedida a outras instituições		☑	☑	☑					☑		☑	☑					6	38%
Não Recebe/ Não obtêm a informação pedida a outras instituições	☑						☑	☑					☑			☑	5	31%
Recepção periódica		☑							☑		☑						3	19%
Recepção em períodos irregulares	☑		☑	☑								☑					4	25%

Fonte: Elaboração própria com base em informação dada pela Pesquisa dos países.

30/ Vale lembrar que dentro das limitações para desenvolver processos de valorização, acesso e disponibilidade da informação estavam entre os mais citados.

31 / De acordo com o cronograma de implementação do projeto.

apenas três países recebem informações regularmente; México e Guatemala, recebem anualmente, enquanto a Bolívia tem períodos trimestrais e semestrais. Os outros países (Brasil, Chile e Paraguai) recebe informações sobre o tempo que solicitar a informações ou o processo específico que estão avançando³².

Para complementar e como uma forma de demonstrar as dificuldades de acesso à informação, vale a pena rever algumas das respostas de países que não recebem a informação:

- *“Há problemas na obtenção de dados das instituições”;*
- *“Nos casos em que os recursos são colocados por setores, esta informação não está disponível e é difícil conseguir ...”;*
- *“Às vezes”, em conexão com a recepção da informação;*
- *“Se desconhece, em geral, o montante pago pelas instituições nacionais”*

Por outro lado, pode-se notar que o “esforço institucional” nos países aumenta à medida que se destina a expandir-se a captação de informações de outras instituições, pelo menos a nível central nacional. No Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, por sua sigla em Português) é o agente encomendado pelo Governo para avançar esta tarefa com instituições federais. No caso do México, em AMEXCID há uma equipe de pelo menos três pessoas envolvidas permanentemente em atividades associadas com a valorização, e as instituições federais há funcionários que representam o registro de informações. Colômbia, como mencionado acima, relata que uma dificuldade para valorizar, é a falta de tempo e pessoal para “... desenvolver um exercício que exige rigor metodológico e investigação ...”.

O cenário descrito acima, determina várias questões importantes: i) dificuldade- em alguns casos- para coletar informações de outras instituições; ii) pouca motivação por entidades públicas para informar aos agentes de coleta; e, iii) a necessidade de motivar ou forçar as instituições públicas para fazer relatórios ou registros, entre outros.

5. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

As limitações à disponibilidade e acesso à informação tornou um dos principais obstáculos para a gerar dados sobre valorização. Estes elementos, juntamente com a falta

32/ Brasil (IPEA), por exemplo, durante 2015, foi recolher informação sobre os anos 2011-2013.

de metodologias para tais fins, de acordo com os países, explicam os obstáculos mais importantes para promover os processos de valorização da CSS.

Em matéria de informação convém lembrar que os agentes coordenadores da CI, resultado de sua própria gestão em CSS, tem uma parte importante de informação para valorizar. Entretanto, há dificuldades em algumas dessas instituições, possam ter acesso permanente e confiável informação para essas atividades de desenvolvimento de CSS fora da coordenação e / ou executar os seus próprios recursos.

02

Metodologias de valorização

As metodologias de valorização são utilizadas para identificar os elementos-chave de ordem conceitual, técnica e instrumental para estimar o valor econômico do CTSS ou CID que desenvolvem os países. Como já mencionado, é estabelecer os montantes totais correspondentes aos custos directos e indirectos e a contribuição técnica de funcionários públicos resultantes da implementação das iniciativas da cooperação em execução com outros PED.

Para as instituições responsáveis, a construção de tais metodologias envolve avançar em várias fases anteriores, que estão relacionados com a precisão conceitual do tipo de cooperação que se desenvolvem modalidades (CSS, CID); as formas de cooperação que estão usando (CT, outras formas, como a cooperação educacional, assistência humanitária, etc.); os conceitos gerais de despesas que serão valorizadas (custos directos, entrada indirecta e aporte técnico de funcionários); a forma como esses valores vão se calcular, particularmente aquelas relacionadas com o pessoal técnico (fórmulas, estimativas); as informações necessárias (natureza e fontes) para as respectivas costeos; os canais de captura de informação (plataformas, formulários, entrevistas, planilhas de cálculo, etc.) e a forma como processar e controlar a qualidade da informação.

Em tais termos, para fins de ter um bom processo de valorização, é muito importante ter recursos especializados e paciência para desenvolver processos de aprendizagem e ajuste constante. Só apenas as condições particulares de cada país, associados com os seus interesses em matéria de CSS e / ou CID e projeção que desejam dar-lhes, determinar as características principais das suas metodologias de valorização. Brasil, Chile e México concordaram em descrever as suas experiências em valorização como processos lentos, aprendizagem contínua e ajuste permanente.

Portanto, a segunda parte da pesquisa, explora os países latino-americanos por dois elementos fundamentais; Uma, a existência de metodologias de avaliação do CSS, incluindo a base para a sua concepção, como e com que valores são calculados tal como adotados e, outro, algumas questões adicionais, informações relacionadas.

1. AS METODOLOGIAS DE VALORIZAÇÃO DA CSS

De todos os países que responderam à pesquisa, apenas três deles, Brasil, Chile e México, têm metodologias específicas, atualmente em implementação, com base principalmente em critérios técnicos desenvolvidos pelos órgãos de cooperação (México e Chile) ou coordenação com outras agências envolvidas na investigação econômica disso (Brasil). Em, utilize plataformas especializadas para capturar informações (Brasil e México) ou sistemas de informação integrados que permitem que informações para produzir a entrada para a recuperação (Chile).

Além disso, outros dois países, Colômbia e Equador, disseram que durante 2016 começaram a aplicar as metodologias que foram preparados (Colômbia) ou estão em cons-

TABELA 6.

Metodologias de valorização da CSS

Opções de acesso	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador ²⁴	El Salvador ²⁵	Guatemala ²²	Honduras	México	Paraguai ²⁶	Perú ²⁷	Portugal	R. Dominicana	Uruguai ²⁸	Total	Porcentagem ²⁹
Países que tem e aplicam uma metodologia de valorização			☑	☑							☑						3	19%
Países que vão colocar em pratica uma metodologia de valorização					☑		☑										2	13%
Países que não tem uma metodologia de valorização	☑	☑				☑		☑	☑	☑		☑	☑	☑	☑	☑	11	68%

Fonte: Elaboração própria com base em informação dada na Pesquisa de países.

trução (Equador). A lógica, de apoio técnico e de captura de mecanismos são conhecidos na detalhe³³ quando esses países considerem adequadas para a sua disseminação. Outros países não têm metodologias e apenas em alguns casos, como será apresentado mais tarde, quantifica os custos directos da sua CSS³⁴. Na Tabela No. 6 com o fim de ter uma ampla visão geral em matéria de metodologias, se registram todos os casos observados.

Em seguida, os elementos mais importantes das metodologias de Brasil, Chile e México³⁵ são apresentados.

1.1 BRASIL

O Brasil tem a metodologia de valorização da cooperação para o desenvolvimento internacional, concebido e implementado pelo IPEA. Com ela se determina o valor da cooperação Brasileira para o desenvolvimento (COBRADI), que considera o CSS de uma forma abrangente, incluindo não só a cooperação técnica (CTSS), mas outras formas de intercâmbio com PED³⁶. Enquanto esta metodologia não foi aprovado ou promulgado por regra ou regular qualquer do Governo Federal, o IPEA é executado um mandato informal da Presidência.

A metodologia identifica, classifica e quantifica todos os recursos físicos e financeiros e humanos, registada no orçamento público, como despesas correntes, que o Governo Federal do Brasil³⁷ investe em outros países e organizações internacionais.

33/ Na oficina de Cartagena de fevereiro de 2016, estes dois países fizeram uma apresentação geral de suas metodologias.

34 / Argentina disse que está em um processo de identificação e desenvolvimento de uma metodologia de valorização

35 / Para uma discussão detalhada de cada caso consulte “Exploração de cooperação Sul-Sul, estudos de caso: Brasil, Chile e México” série estudos PIFCSS. De 2016.

36 / No relatório “Brazilian Cooperation for International Development 2005-2009” do IPEA, estão incluídos como formas de realização da CID: assistência humanitária, bolsas de estudo para estrangeiros, cooperação técnica, científica e tecnológica, contribuições para organizações internacionais e bancos regionais e operações de manutenção da paz. No mesmo relatório, para 2010, incluindo a cooperação técnica; cooperação educacional; cooperação científica e tecnológica; cooperação humanitária; apoio e protecção dos refugiados; Operações de manutenção da Paz e contribuições para organizações internacionais.

37 / A metodologia centra-se no “setor central” do Brasil e, conseqüentemente, não considera, a partir da perspectiva pública, os níveis estadual e municipal.

De acordo com o Brasil, a essência da sua cooperação não está no fluxo de recursos financeiros. Portanto, a metodologia é baseada na experiência de instituições, no conhecimento acumulado e sua capacidade de transferir para outros países tais experiências e melhores práticas, através de funcionários públicos que recebem um salário por seu trabalho regular e viáticos (ou viagem) como eles se movem para desenvolver o trabalho de cooperação.

As várias instituições federais registram a execução dos recursos colocados em seus orçamentos para processos de CID informação via internet, na plataforma IPEA projetado para tais fins. O IPEA desenvolve um processo contínuo de avaliação e compreensão dos gastos de cada instituição, suporta a geração de ajustes e valida com cada instituição.

No primeiro exercício, que recolheu os anos de 2005 a 2009, a ênfase foi colocada na recolha de informação apenas para conseguir a quantificação. No segundo mapeamento, que os números reportados 2010³⁹, eles começam a se qualificar as iniciativas executadas. Para exercer 2011-2013⁴⁰ esta-se progressando em aprofundar a análise qualitativa.

A metodologia utilizada no Brasil considera quatro tipos de despesas:⁴¹ horas técnicas (para valorizar o apoio técnico de funcionários federais, através de custo de oportunidade); viáticos e passagens aéreas (como as despesas diretos de cada atividade de cooperação); doações (dinheiro e / ou em espécie) e os custos administrativos (associadas com atividades de cooperação de apoio). Ele também inclui contribuições para organizações internacionais.

1.2. CHILE

O Chile tem a metodologia de valorização da cooperação internacional para o desenvolvimento concedida pela Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AGCID). Este instrumento não foi adotado por qualquer norma ou regulamento.

38/ O relatório pode ser recuperado a partir de <http://www.abc.gov.br/api/publicacaoarquivo/561>

39 / O relatório pode ser recuperado a partir de http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=artigo&id=21530&catid=342

40 / Ele será publicado em breve.

41/ Na guia básica que se encontra no informe 2005 – 2009, inclui-se as seguintes linhas de custo: horas técnicas, transporte e viáticos, materiais e equipos, logística (recursos físicos), custos administrativos relacionados, doações em espécie e cooperação financeira

A construção metodológica do Chile parte da análise das informações necessárias para ser responsável pela execução dos fundos recebidos pelo AGCID para a cooperação em outros países. No exercício descobriu que existia “custos ocultos” que era necessário identificar e definir a forma de atribuir um valor monetário. Com o apoio de uma empresa de consultoria contratada em 2010, foram identificados os custos directos e indirectos associados aos Programas CTSS.

Posteriormente, para valorar a contribuição de especialistas chilenos, a Agência considerou a inclusão de abordagem no custo de oportunidade, uma vez que a cooperação técnica (assistência técnica-AT) é implementado com a participação de funcionários públicos que, quando eles se envolvem em nas atividades da CSS, deixam temporariamente a realização de suas atividades regulares, o que é por isso que eles percebem o seu salário.

A combinação das duas abordagens descritas, assim como a revisão da experiência mexicana deu origem à metodologia actualmente utilizada pelo AGCID e permite estimar os custos directos, indirectos e as horas técnicas como componentes do valor da AT⁴² que gere a Agência.

A base de informação para a valorização é fornecida na totalidade dentro AGCID, por um lado, pelo Sistema de Informação para a Gestão Financeira (SIGFE), que é administrado pela área financeira AGCID e produz dados de execução financeiro (custos directos). Por outro lado, a área técnica da AGCID tem o Sistema de Gestão e Planejamento (SIGEP), na qual os responsáveis dos projetos incluem informações sobre as horas técnicas. O valor total (a Valorização) é calculado em Excel, pelo Departamento de Política e Planejamento de AGCID, quando é exigido por pedido formal.

Dentro da AGCID se verifica que as informações inseridas para a valorização possam coincidir com o que tem a Direção de Proposta do Ministério das Finanças Orçamento e corroborado cada um dos registos, a fim de assegurar a consistência e solidez do mesmo.

A metodologia de valorização consiste em três componentes; os custos directos do projecto (bilhetes, viáticos, materiais de transferências); A valorização de horas técnicas (custo de oportunidade sobre os salários); e os custos operacionais indirectos (distribuído e ponderam os orçamentos de AGCID de acordo com o peso total de projetos de cooperação técnicos, pessoal ordenado a projetos e suporte administrativo). A soma dos três tipos de custo determina o custo total do projecto.

42/ Cooperação chilena reconhece a cooperação técnica como o principal meio para fazer CSS.

1.3. MÉXICO

Com a promulgação da LCID (artigo 12), AMEXCID assumiu a responsabilidade de quantificar os aportes a CID do que é executando pela Agência e as instituições da APF. Por conseguinte, tiveram de desenvolver uma metodologia para tais fins.

Durante 2011 e 2012, AMEXCID avançou dois exercícios para realizar as tarefas mencionadas. Em 2013, no âmbito do projecto de fortalecimento institucional com a GIZ da Alemanha, levou a efeito o Semiarlo “Quantificação da cooperação internacional para o desenvolvimento”⁴³. Com base nessas experiências e outra acumulados em anos anteriores, bem como uma metodologia desenvolvida em 2010, se desenharam as “Diretrizes para a quantificação de cooperação para o desenvolvimento internacional”.

Para a quantificação se procurou unificar e padronizar as informações usando a plataforma concebida para esse efeito, o Registro Nacional para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (RENCID). Nesta plataforma módulos foram habilitados para registrar cooperação técnica, financeira, intercâmbio académico, ajuda humanitária e contribuições a organizações internacionais, entre outros. No caso de cooperação técnica, a opção metodológica para dar um valor para a participação de especialistas mexicanos foi se concentrar no custo de oportunidade em relação ao seu salário na planta do Governo Federal (salário diário multiplicado pelo número de dias cada atividade). Neste estimativa são adicionados desembolsos para passagens aéreas, viáticos, materiais, equipamentos e outras despesas menores.

Dentro de cada instituição federal existem funcionários encarregados para registrar e validar a informação sobre a cooperação entregue durante um determinado ano. No caso daquelas instituições que estão coordenando um sector, a informação será validada pela pessoa agindo como contato com AMEXCID. Finalmente, AMEXCID revisa e refina a informação anexa ao critério metodológico estabelecido⁴⁴, e consolida as cifras da cooperação na cada uma das modalidades mencionadas.

A metodologia considera as seguintes formas de cooperação⁴⁵: cooperação técnica e

43/ Ver informações sobre o evento em <http://amexcid.gob.mx/index.php/comunicacion-/releases> / 1932-AMEXCID-detém-seminário-on-the-quantificação-de-la-cooperação internacional-para-o-desenvolvimento.

44 / Exclui aqueles registros que não se qualificam como CID.

45 / As instruções específicas podem ser recuperadas a partir <http://amexcid.gob.mx/index.php/component/content/article/2100>.

científica; cooperação financeira; contribuições para agências Internacionais; cooperação educacional; ajuda humanitária. O valor das horas técnicas é calculado com base no custo de oportunidade sobre os salários. O valor total da CID do México corresponde à soma dos gastos correspondente as categorias acima.

Em seguida, na Tablete No. 7 mostra uma comparação das principais características das três metodologias apresentadas.

TABELA 7.

Comparação de metodologias de valorização

	Brasil	Chile	México
1. Nome metodologia- entidade que desenvolveu e / ou aplicado - estado de progresso	Metodologia “Diretrizes básicas para a pesquisa”; desenvolvido e implementado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) da Presidência da República do Brasil; na aplicação, com ajustes a complexidade da análise. Não foi formalmente adotado por qualquer padrão.	Metodologia de valorização de projectos de cooperação “; desenvolvido e implementado pela Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AGCID); na implementação, com ajustamentos para garantir a consistência das informações. Não foi formalmente adotado por qualquer padrão.	Diretrizes para a quantificação de CID concedida pelo México”; desenvolvida e implementada pela Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o desenvolvimento (AMEXCID); na implementação com os ajustes com base na experiência do processo. Sua preparação foi ordenada pela Lei. Não foi formalmente adotado por qualquer padrão.
2. Base para a formulação da metodologia	Análise dos conceitos básicos de cooperação, determinação de elementos de valor e maneiras de fazê-lo. A análise dos diferentes conceitos de gastos em CID no mundo.	Análise dos conceitos básicos de cooperação, determinação de elementos de valor e maneiras de fazê-lo. Consultoria que apoiou a conceitualização dos elementos de despesas. Experiência mexicana.	Revisão de experiências passadas, Metodologia de 2010, Oficina de quantificação de CID de 2013, análise dos conceitos básicos de cooperação, determinação de elementos de valor e maneiras de fazê-lo. Diretrizes discutidos em fóruns estadísticos.
3. Tempo de aplicação da metodologia	Desde 2010 (5 anos).	Desde 2010 (5 anos).	Desde 2011 (4 anos). Com informação oficial desde 2014.

	Brasil	Chile	México
4. Elementos valorizados segun metodologia na CSS	Salários dos funcionários, passagens aéreas, viáticos, insumos e materiais.	Salários dos funcionários, passagens aéreas, viáticos, insumos e materiais, orçamentos de cooperação técnica para projetos de cooperação técnica e funcionários de apoio geral e dedicado a projetos.	Salários de funcionários, passagens aéreas, viáticos, insumos e materiais.
5. Como se valorizar	<p>Na base de valorização do componente técnico é o conceito de custo de oportunidade, calculado com base nos salários dos funcionários públicos envolvidos nos processos de CSS.</p> <p>Para o valor total, se soma os seguintes conceitos:</p> <p>(salario promedio diario x número médio de dias) + (desembolsos por transporte e viáticos, doações e custos administrativos)</p>	<p>Na base da valorização da componente técnica esta o conceito de custo de oportunidade, calculado com base nos salários dos funcionários públicos envolvidos nos processos de CSS.</p> <p>Para o valor total, se soma os seguintes conceitos:</p> <p>(Os custos directos Ca) + (Horas técnicas Cb) + (Custos indirectos Cc)</p>	<p>Com base na quantificação da componente técnica esta o conceito de custo de oportunidade, calculado com base nos salários dos funcionários públicos envolvidos nos processos de CSS.</p> <p>Para o valor total, se soma os seguintes conceitos:</p> <p>(salario promedio diario x número médio de dias) + (desembolsos de transporte e viáticos, insumos, e materiais)</p>
6. Forma de capturar da informação	Plataforma web de IPEA e ABC NET – SAP y SGPFIN de ABC	Sistema de Informação para Gestão Financeira do Estado (SIGFE) e Sistema de Gestão e Planejamento (SIGEP)	Registro Nacional da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (RENCID). AMEXCID registra informação de gestão de projetos em SIMEXCID. Proximamente se colocará em funcionamento o INFOAMEXCID.
7. Agentes que carregam a informação	Representantes de instituições federais e de ABC	Funcionários de AGCID das áreas financeiras e técnicas	Funcionários de instituições federais e funcionários de AMEXCID

	Brasil	Chile	México
8. Processo e controle de qualidade de informação	IPEA revisa os registros com as instituições federais e gera-se os ajustes do caso.	O Departamento de Política e Planejamento da AGCID faz a revisão e análise das informações utilizadas para a valorização.	Validadores das instituições e chefes do setor aprovam a informação; AMEXCID revisa e melhora e purga os registros com instituições federais e ajustes apropriados são gerados. A informação é apresentada ao AMEXCID. A informação se apresenta ao Conselho Consultivo de AMEXCID. Podem surgir trocas.
9. Outras expressões da CSS que se valorizam	Cooperação em matéria de educação; cooperação científica e tecnológica; cooperação humanitária; proteção, apoio e integração dos refugiados; Operações de Paz; contribuições para organizações internacionais.	A valorização é só a cooperação técnica.	Cooperação Financeira (Não reembolsável e reembolsável); contribuições para organizações internacionais (ajustados com os critérios da OCDE adaptadas ao caso mexicano); cooperação acadêmica; ajuda humanitária.

Fonte: Elaboração própria com base na informação dada nas Pesquisas dos países.

2. OUTRAS REFERÊNCIAS DE METODOLOGIAS DE VALORIZAÇÃO

Como observado na seção anterior, Brasil, Chile e México aplicaram metodologias de valorização da cooperação internacional. No entanto, deve-se mencionar que a Colômbia conta com a *Guia metodológico para a quantificação de cooperação técnica*, que começará a ser aplicada em 2016.

Esta Guia é o resultado dos desenvolvimentos feitos pela Agência Presidencial para a Cooperação Internacional da Colômbia (APC Colômbia) com base em uma empresa de Consultoria (Projetamos Colombia SAS, 2013), contratado em 2013, cujo principal objetivo era apoiar a valorização da cooperação técnica que recebe Colômbia. Como um produto para complementar, seus critérios fundamentais foram aplicados a casos específicos da CSS executada no país.

A metodologia da Colômbia, de um modo geral, não difere substancialmente dos fundamentos dos outros três países; considera custos directos e indirectos e contribuição técnica dos recursos humanos envolvidos em processos da CSS. Em particular, ele apresenta duas diferenças.

Primeiro, ele determina os custos indirectos de estimar uma percentagem dos custos operacionais de cada unidade, na opinião dos Diretores, pode ser atribuída à gestão da CTSS da Colômbia.

Em segundo lugar, a diferença mais óbvia é na abordagem ao conceito de contribuição técnica, o que é chamado de valor acrescentado. De acordo com o Consultor, *“para estimar o valor acrescentado da cooperação técnica devem ser derivadas de produtos tangíveis do processo de cooperação. Nesse sentido, se a acção ou o projecto específico não conta, não define ou não consegue o desenvolvimento específico de produtos e tangível não é possível estabelecer um produto de valor acrescentado da cooperação técnica mencionada. O valor acrescentado responde ao juízo de valor sobre os autores e utilizadores de um produto quando pressupõem que, dada a utilidade e benefício dele deve definir o valor adicional que representa a transferência de conhecimentos, tecnologia ou recursos além do custo de realização do produto”* (Projetamos Colombia SAS, 2013: 12).

Além disso, em relação à estimativa, tendo como unidade de medida o salário diário (ou hora técnica, como tem vindo a ser chamado), de um lado, não leva em conta o salário realmente ganhado pelo funcionário, mas o que corresponderia, de acordo com a sua formação e experiência, na escala oficial de salários⁴⁶. Por outro lado, não é considerado o salário basico, mas se le adiciona o fator prestacional.⁴⁷

De acordo com a metodologia da Colômbia, por CTSS, considere o seguinte:

- Os custos directos (bilhetes, viagem e logística), o registro dos desembolsos efetivos;
- Os custos indirectos ou plataforma administrativa de APC Colômbia e órgãos executores (percentagem dos custos operacionais para cada Direção da APC-Colômbia, de acordo com a sua dedicação às atividades da CSS ou dos órgãos executores).
- Valor acrescentado (anos de experiência, o nível de educação, horas de trabalho que o experto fazê para as atividades da CSS).⁴⁸

46/ Escala de salário do Departamento Administrativo da Função Pública

47 / Entendida como sobretaxas de prémios anuais, férias ou antiguidade, indenização, etc.

48 / Retirado do inquérito respondida pela Colômbia

Por último, mas não menos importante, deve-se mencionar que o Equador recentemente (2015) aprovou a “metodologia de avaliação de cooperação Sul-Sul”, baseado conceitualmente sobre a análise custo-benefício; teoricamente, na análise dos custos de oportunidade e, tecnicamente, na avaliação do impacto de bens e serviços não-tangíveis. Além disso, houve referência aos “resultados da avaliação manuais dos programas / projectos de cooperação internacional não reembolsável no Equador”.⁴⁹

3. OUTRAS FORMAS DE VALORIZAÇÃO⁵⁰

O fato de não ter metodologias específicas para valorizar a CTSS ou CID não implica que os países não desenvolvem exercícios básicos com o fim de ter informação adicional sobre despesas incorridas em tais iniciativas. Na tabela No. 8 mostra a situação dos países que não têm metodologias ou estão em processo de aplicação.

TABELA 8.

Outras formas de valorização da CSS

Países segúm registro	Argentina	Bolivia	Costa Rica	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Paraguai	Perú	Portugal	R. Dominicana	Uruguai	Total	Porcentagem ⁵¹
Países que registram custos relacionados com a execução direta das incentivas da CTSS	☑		☑		☑	☑		☑	☑			☑	7	58%
Países que não registram ou não reportam o registro de custos associados a incentivas da CTSS		☑		☑			☑			☑	☑		5	42%

Fonte: Elaboração própria com base na informação dada na Pesquisa dos paíseses.

49/ Retirado do inquérito respondido por Equador. Descrição mais detalhada é apresentada no relatório de Oficina Cartagena fevereiro de 2016.

50 / Se você não tem uma metodologia específica.

51 / Esta percentagem é calculada com base em um total de 12 países, que têm, ou estão aplicando, metodologias de valorização. Ele não inclui a Colômbia, tal como expresso na pesquisa aplicar os mesmos critérios da metodologia para começar a usar em 2016.

De acordo com as respostas dadas pelos países, mostra que, em geral, quando se registam ou se soma custos relacionados com a implementação de iniciativas CTSS (7 países) fazem exclusivamente para os directos, isto é principalmente passagens, hospedagem, refeições, viaticos. Em nenhum caso, se identificou a estimativa dos custos indirectos (apoio técnico e / ou administrativo), como também nenhuma contribuição técnica dos funcionários públicos (custo de oportunidade ou fórmula alternativa).

4. INFORMAÇÃO ASSOCIADA AOS EXERCÍCIOS DE VALORIZAÇÃO

Em relação às informações associadas a diferentes exercícios de valorização, existem vários elementos a considerar. A captura e processamento de informações é feito através de vários meios que vão desde planilhas de calculos para plataformas projetadas para tais fins. No caso do Chile, a informação de desempenho de recursos que conduzem à valorização dos custos directos e indirectos é produzido pelos sistemas administrativos e financeiros AGCID, portanto que a consolidação e produção dos resultados da valorização logram-se na área de planejamento com o uso de folha de cálculo.

Brasil e México capturam informações entre plataformas; para o primeiro caso, utilizado pelo IPEA e, para o segundo, o RENCID de AMEXCID.

Em várias pesquisas, países que não têm metodologias de valorização, esta pergunta for respondida a partir da perspectiva geral do registro de Informação da CSS. Nestes casos, a ferramenta predominante são folhas de cálculo. Menção das formas também são feitos, entrevistas e documentos do projeto preparando para programas CSS.

Na tabela No. 9, se apresenta a informação dos países, referidos surge, em geral, informações de registro e não apenas à aplicação de determinadas metodologias de valorização.

Em linha com o exposto, a forma de cobrança ou informações de registro varia por causa dos instrumentos utilizados. Nas instituições federais, no casos do Brasil e México, esta responsabilidade é tratado por funcionários destas instituições e é responsabilidade da AMEXCID e IPEA fazer tal atividade é realizada dentro do cronograma e com a qualidade exigida. Em relação com a informação da CSS que coordenam as agências de cooperação,

TABELA 9.

Metodologias de valorização da CSS

Formas de captura	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	México	Paraguai	Perú	Portugal	R. Dominicana	Uruguai	Total	Porcentagem
Diligenciamento de formulários	☑								☑							☑	3	19%
Folhas de calculo				☑	☑								☑			☑	4	25%
Plataforma de captura			☑				☑				☑						3	19%
Entrevistas							☑		☑								2	13%
Documentos de projetos / ficha técnica						☑		☑									2	13%
Base de dados	☑																1	6%
Sistema de informação							☑										1	6%

Fonte: Elaboração própria com base em informação dada na Pesquisa dos países.

é registo de costume, do ponto de vista dos orçamentos do projeto, por funcionários das oficinas do país com o qual a cooperação é feito. Desembolso de informações e execução eficaz é fornecida pelas áreas administrativa e financeira das agências.

Finalmente, em relação ao processamento e controle de qualidade de recuperação de informação de valorização e / ou registo das iniciativas da CSS ou CID, os resultados (ver tabela No. 10) indica, por um lado, que essas ações só são desenvolvidos no máximo, a metade (8) dos países que responderam à pesquisa.

Por outro lado, como a transformação, podem ser identificadas duas abordagens; o primeiro, que considera a manipulação, ajustando e agregando valor à informação em bruto recebido, de modo que a produzida cumpre um papel muito específico neste caso, em termos da valorização e da implementação dos critérios metodológicos. O segundo, que se concentra em atender o relatório financeiro das despesas incorridas em conexão com os presupuestos aprovadas para implementar iniciativas da CSS ou CID.

TABELA 10.

Processo e controle de qualidade da informação

Ações	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	México	Paraguai	Perú	Portugal	R. Dominicana	Uruguai	Total	Porcentagem
Se realizam processos de informação	☑		☑	☑	☑		☑	☑	☑		☑						8	50%
Aplica-se controle de qualidade sobre a informação que se recebe	☑		☑	☑			☑				☑						5	31%
Aplica-se controle de qualidade sobre a informação que se produz	☑		☑	☑				☑			☑		☑				6	38%

Fonte: Elaboração própria com base em informação dada na Pesquisa dos países.

Em quanto à qualidade da informação recebida e / ou produzidos, apenas os países com metodologia, especialmente Brasil e México, cujas fontes são externos, a garantia através do contato constante com instituições federais para aconselhá-los tecnicamente, absolver dúvidas, verificar as informações registradas, fazer os ajustes necessários e verificar a consistência dos resultados.

Estas actividades, obviamente exigirá grandes esforços institucionais de ambos lados, IPEA e AMEXCID, de um lado, e instituições federais, por outro. No caso de outros países, a qualidade da informação é mantida na área de relatório de desempenho financeiro.

Uma leitura ampla do referenciado até aqui, determinou que os desafios que têm os países são muito mais complexos do que o mero fato de informação; envolvem a capacidade de processamento de ganho e controle de qualidade que é recebido e produzido. Isto, obviamente, determina ações dentro os agentes que coordenam a CI e produzir e capturar informações, bem como as instituições de implementação de iniciativas de cooperação e produzir alguns ou todos do mesmo.

Finalmente, aqui estão algumas expressões dos países, que ilustram a variedade de posições na área de processamento e controle de qualidade das informações apresentadas:

- *“as informações obtidas por meio do projeto foram, é sistematizado em um banco de dados. Enquanto (...) não tem sequer metodologia de valorização, as informações da CSS é processado com base em custos directos, ou seja, o que é pago para cada item que envolve o orçamento do projeto “.*
- *“... confluência de elementos orçamentais institucionais, remuneração de funcionários de outras instituições e despesas efetivos de cada iniciativa da CSS. Verifica-se que as informações inseridas na metodologia corresponder às informações na Direcção de Orçamento do Ministério das Finanças. “*
- *“No âmbito do Programa Cooperação Triangular se leva um rigoroso controle de despesas directamente suportadas pelo Programa (...). Uma vez finalizado cada fase do Programa (...) uma auditoria é feito “.*
- *“A informação fornecida deve ser aprovado pela instituição refere-se. Além disso, se realiza uma revisão por nossa equipe técnica. Neste momento, e enquanto se aguarda a implementação da metodologia de avaliação da CSS, não está limitada a contrastar os custos comunicados pelas capacidades das instituições “.*
- *“se realiza a depuração base de informações nos critérios metodológicos quantificação estabelecidos neste processo é a consulta com as agências da administração pública (...), a fim de verificar se as informações em que existem dúvidas. Todas as informações estão sujeitas a uma revisão oportuna pela Direcção-Geral de Planeamento e Formulação de Políticas da CID e os registos que não se qualificam para a consideração Cooperação Internacional para o Desenvolvimento são excluído. As diretrizes também estabelecem critérios para diferenciar acções de cooperação internacional da acção internacional justa “.*
- *“O controle é feito por conciliar os valores investidos em projetos com relatórios de gestão países responsáveis.”*

5. VALORIZAÇÃO DE OUTRAS EXPRESSÕES DA CSS

O objectivo fundamental deste estudo é aprender as formas de valorização da CSS em sua manifestação na Cooperação Técnica (CTSS) na Ibero-América. No entanto, foi considerado importante para identificar se, além disso, os países incluídos em suas valorações (ou simplesmente registros) do CSS, outras formas de cooperação nas suas relações com outros PED. Os resultados são apresentados na Tabela 11.

TABELA 11.

Valorização de outras formas da CSS

Outras formas da CSS	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	México	Paraguai	Perú	Portugal	R. Dominicana	Uruguai	Total	Porcentagem
Doações monetárias (recursos financeiros)							☑				☑						2	13%
Doações não monetárias (em espécie)			☑				☑				☑						3	19%
Bolsas de estudo			☑	☑							☑						3	19%
Ajuda de emergência/humanitária			☑	☑							☑						3	19%
Cooperação científica e tecnológica			☑														1	6%
Atenção a refugiados			☑														1	6%
Aportes / contribuciones a organismos internacionais			☑								☑						2	13%

Fonte: Elaboração própria com base em informação dada na Pesquisa dos países.

Como mostrado na tabela acima, para além da cooperação técnica, os países que aplicam metodologias de valorização (Brasil, Chile, México) incluir informação relativa a outras formas de figuras de cooperação, tais como: bolsas de estudo (educação), a ajuda humanitária e as contribuições para organizações internacionais, entre outros itens. Além deles, Equador informou considerar outras formas de relações Sul-Sul em matéria de cooperação.

Uma vez que são diferentes formas de CTSS⁵², fontes de informação são outros agentes, como os Ministérios de Economia (ou fazenda) ou entidades sectoriais.

52/ Isso geralmente é gerido em conjunto com as instituições coordenadoras de cooperação.

Registros correspondem aos desembolsos efectivos e apenas em alguns casos relacionados abolsas de estudo ou ajuda humanitária, a valorização da entrada de técnicos de peritos nacionais está incluído.

Em termos de contribuições para organizações internacionais, pode incluir tanto contribuições específicas para programas, projetos ou fundos de cooperação Sul-Sul, como a totalidade ou parte dos pagamentos regulares ou extra cada país faz anualmente. O México, por exemplo, carregar apenas uma parte dessas contribuições, que calculado com base na adaptação de alguns critérios utilizados pelo DAC para determinar o componente de cooperação que se desenvolvem tais órgãos. Brasil, também inclui algumas das contribuições feitas anualmente a cerca de 200 agências, organizações e fóruns intergovernamentais e internacionais.

Em suma, é claro que o uso de outras manifestações da CSS e, portanto, o registro é devido a vários convincente. Os países que têm sido consistentemente uma configuração de processos importantes de reforço da sua oferta de cooperação - ou estão se movendo neles (nos normativo, estratégico, institucional e instrumental), diversificar e expandir maneiras de fazer CSS. Seus políticos e técnicos para projetar uma melhor cooperação e à necessidade de comunicar as suas ações em fóruns globais, faz o interesse, a par cada vez mais interessados na valorização, integrá-lo diferentes manifestações da CSS. Finalmente, a participação (independentemente do mesmo nível) para organizações como a OCDE envolve a geração de informações e estatísticas para mostrar o seu trabalho como prestadores de CSS.

6. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Nenhuma metodologia, embora sua concepção tenha sido ordenada por meios legais, tem sido adotado por meios semelhantes. Neste ponto, embora o estudo de interesse específico para os países pode ser, em termos de suas realidades institucionais, alguma matéria transcendente. Enquanto que pode ser interpretado como um excesso de rigor formal e, portanto, como um factor que limita o desenvolvimento normal de metodologias, por outro lado, pode ser considerado redundante, na medida em que, tal como expresso México, e ele tem um quadro específico (a lei) que ordena a sua preparação.

Metodologias salvo raras exceções, são coincidentes e os elementos que são avaliados, em geral, são semelhantes e referem-se aos custos directos, apoio indireto e técnicos dos funcionários públicos (calculado pelo custo de oportunidade dos seus salários).

Os principais constrangimentos que foram identificados pelos países para melhor desenvolver ou iniciar processos de valorização estão relacionadas com o acesso e a disponibilidade de execução informações e falta de metodologias claras e marcos regulatórios definidos. Menção especial deve ser objecto de informação, porque não só foram identificadas as restrições ao acesso e disponibilidade, mas também têm sido evidente necessidade de melhorar no processamento e controle de qualidade que é recebido e / ou produzidos.

Finalmente, alguns países, particularmente aqueles que têm uma metodologia para implementar, para a frente e valorizar iniciativas que correspondem a outras manifestações de CSS, como bolsas de estudo, a ajuda humanitária e as contribuições para organizações internacionais. Nestes casos, metodologias de valorização estão ligados, mais amplamente, com o CID e são o resultado do aumento da projeção política e técnica que os países foram imprimindo suas ações na CI.

03

Difusão e uso da informação de valorização

Uma vez que se analisou a existência e as características dos marcos regulatórios e metodologias de valorização da CSS, é necessário rever a utilização ou o destino que tem a informação gerada como resultado da aplicação destas metodologias, ou formas particular, que os países que não possuem usados para determinar os valores associados com a CSS.

Em grande parte, os esforços para registrar, processar e disseminar informações relacionadas com a execução do CSS ou CID, cujo propósito fundamental além de ser dados estatísticos simples são publicadas e são parte dos dados oficiais, será útil para outros, mais relevante, como projetar e dar posicionamento aos países internacional; Compartilhe os resultados com parceiros no CSS e fortalecer os processos de planejamento e tomada de decisão, entre outros.

Portanto, nesta revisão três questões básicas distintas: a existência nos países de regras que limitam explicitamente a divulgação de informações; usos e requisitos, externos e internos, para seu conhecimento e uso; e usos alternativos que os países dão os resultados de valorização.

Em relação ao primeiro ponto, podemos dizer que nenhum país tem restrições à divulgação de recuperação de informações. Há apenas um par de casos em que alguma advertência ou precisão é feita. Chile, com o objectivo de garantir a máxima qualidade da informação produzida, diz que tem a reserva de que disseminada única ao público após a formalização da metodologia é dada dentro de AGCID. México, por sua vez, relativo à cooperação financeira, diz que as quantidades de informação de restrição e beneficiários na aplicação de sigilo bancário. Em seguida, os outros dois aspectos referidos serão revistos.

1. DESTINO DA INFORMAÇÃO DE VALORIZAÇÃO

O destino das informações de recuperação serão analisados de três maneiras: em primeiro lugar, se a informação for solicitada pelos agentes de caráter internacional; em segundo lugar, se a informação é usada para comunicação interna a diferentes autoridades de cada país; Em terceiro lugar, se os países solicitar a informação produzida pelos seus parceiros CSS. na tablete a No. 12 se mostra informações relatadas pelos países latino-americanos, em relação aos três pontos levantados é apresentado.

TABELA 12.

Destino da informação de valorização

Utilização da informação	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Colombia	Costa Rica	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	México	Paraguai	Perú	Portugal	R. Dominicana	Uruguai	Total	Porcentagem
A informação do país é pedida pela SEGIB – PIFCSS	☑	☑	☑	☑	☑	☑	☑	☑	☑	☑	☑	☑	☑	☑	☑	☑	12	75%
A informação do País é compartilhada com a OCDE					☑						☑			☑			3	19%
A informação do país é pedida por outro órgão do país	☑			☑			☑						☑				4	25%
A informação é reportada para órgãos internos do país	☑		☑		☑			☑	☑		☑	☑					7	44%
O país pede informação de valorização a outros associados da CSS							☑	☑							☑		3	19%

Fonte: Elaboração própria com base na informação dada na Pesquisa dos países.

1.1. SOLICITAÇÕES DE AGENTES INTERNACIONAIS

O pedido de cobrança de informações por parte de atores internacionais é relativamente limitada. SEGIB maior medida, e pela OCDE, para alguns casos, os atores são registrados por países como os principais destinos das suas informações de valorização. Apenas Chile e Argentina disseram que seus parceiros nos processos de cooperação triangular recebem essas informações, enquanto Equador e Peru relataram ter recebido pedidos de outros países da região.

No caso da SEGIB, entende-se que todos os países deveriam ter respondido à pesquisa relatar que fornecem informações para construir o relatório da cooperação Sul - Sul na Ibero-américa; apenas 12 deles fizeram, notando que, embora o relatório solicita informações sobre a recuperação, nem todos os países produzem ou considerar SEGIB como destinatário externo de suas informações.

Desde o PIFCSS tem vindo a preparar esse relatório, as instituições de cooperação coordenação relataram informações sobre a execução do seu CSS. Por exemplo, o relatório de 2015, que recolhe informações a partir do ano de 2013, na secção II.6.2. (SEGIB, 2015: 87-95), a análise do CSS da iberoamericana feita com base em indicadores construídos a partir dos custos directos orçados e projetos executados e atividades de cooperação está incluído.

Como a OCDE, os países que pertencem ou estão em vias de adesão a esta organização, disseram compartilhar suas informações com ele. Tal é o caso do México, Colômbia e Portugal.

1.2. REPORTE A AGENTES INTERNOS

Como mostrado na tablete a no. 13, internamente, as informações de valorização tem uso limitado porque incide sobre os agentes orientadores relações internacionais e / ou cooperação internacional. Como registrado, destinatários da informação são Presidências, as chancelarias ou instâncias de planejamento. Por isso são os órgãos de governo das coordenadores técnicos de cooperação, tais como a placa Colômbia APC ou AMEXCID conselho consultivo. Parece que a informação reportada é dado em um restrito própria "sector" de campo da cooperação internacional.

TABELA 13.

Reporte de informação de valorização para agentes internos

Argentina	Ministério de Ecônomia, Ministério de Relações Exteriores e Culto
Brasil	Presidência da República, Ministério de Assuntos Exteriores
Colômbia	Conselho Diretivo da APC Colômbia
Equador	Ministério de Relações Exteriores e Mobilidade Humana
El Salvador	Secretaria Técnica de Planejamento da Presidência, Ministério de Hacienda
Guatemala	Ministério de Relações Exteriores
México	Conselho Consultivo AMEXCID
Paraguai	Secretaria Técnica de Planejamento

Fonte: Elaboração própria com base em informação dada na Pesquisa dos países.

Em relação a outros organismos nacionais, como finanças e controle, a noção de recuperação é decomposto e o relatório se limita à aplicação dos recursos alocados nos orçamentos públicos. No caso de instituições que coordenam a cooperação, e mesmo setor que têm os recursos para CI, as informações correspondem basicamente à execução dos custos directos. Os “valores superiores” representados nos custos indirectos e técnicas de recuperação de horas, tendem a ser excluídas dos relatórios, por um lado, porque os custos indirectos acabam sendo parte integrante da aplicação de recursos operacionais e, por outro, porque os salários dos peritos (que também fazem parte da categoria de operação) são relatados, de global⁵³ caminho na implementação das instituições de origem.

Além disso, alguns agentes do governo que não têm orçamento específico para CSS, mas eles usam os seus recursos nesses assuntos, preferem não se identificar, em antecipação de questões ou penalidades resultantes do controlo fiscal.

Pelo descrito, é importante considerar que, além de a ação para obter iniciativas de valorização da CSS ou CID, os países devem desenvolver actividades de informação e de sensibilização, de modo que estes exercícios sejam compreendidas em suas devidas proporções e, acima de tudo, ser visto como uma expressão do valor acrescentado gerado pela gestão da cooperação internacional, com base na utilização dos recursos humanos, financeiros, logísticos, etc., de origem pública. Isso permitiria, ao mesmo tempo que a apresentação dos relatórios de execução orçamental informar Como se articulam

53/ Uma vez que não se diferencia a fração dedicada à cooperação técnica.

os recursos de diferentes instituições para apoiar o cumprimento de importantes propósitos nacionais, como os de política externa, encarnados nas iniciativas de CI.

1.3. SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO A OUTROS PAÍSES

Neste ponto é claro que a valorização se usa quase que exclusivamente para a cooperação que oferece cada país. Isto significa, tal como foi recolhido nos inquéritos, que os países não solicitam a informação de contrapartida dos seus associados na CSS, a relacionada com atividades de dupla via, e tão pouco a correspondente à cooperação que lhes é fornecida por outros países. Na maioria das situações, esta informação é suplementada com a assignada nos orçamentos dos documentos de projeto. Ainda assim, boa parte de tais valores apenas recolhe os custos diretos e não inclui os indiretos e o aporte técnico (horas técnicas).

Apenas três países, El Salvador, Equador e República Dominicana, manifestaram solicitar em alguns casos informação valorizada da cooperação que recebem. Nestes casos a informação solicitada corresponde a custos diretos, indiretos e aporte técnico nacional. Como já se mencionou, Perú demonstrou que alguns países centro americanos lhe solicitam informação de valorização da cooperação que os fornece.

TABELA 14.

Uso da informação de valorização para tomada de decisões e melhorar o desempenho da CSS

Utilização da informação	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	México	Paraguai	Perú	Portugal	R. Dominicana	Uruguai	Total	Porcentagem
Países que utilizam a informação para melhorar a gestão da CSS			☑	☑			☑	☑								☑	5	31%
Países que não utilizam informação para melhorar a gestão da CSS	☑	☑			☑	☑			☑	☑	☑	☑	☑	☑	☑		11	69%

Fonte: Elaboração própria com base na informação dada na Pesquisa dos países.

1.4. USO DA INFORMAÇÃO DE VALORIZAÇÃO PARA A TOMADA DE DECISÃO E MELHORAR A ATUAÇÃO DA CSS

O uso da informação de valorização ou simplesmente da execução de iniciativas de CSS para melhorar a gestão é outra área em que o balance é modesto. Como mostrado na tabela N° 14, apenas cinco países a utilizam para tais fins. No caso do Brasil, embora a informação seja ocasionalmente usada para esses fins, o ano de 2011 - 2013, que está por se publicar, será usado para avançar a verificação de resultados e impacto das COBRADI.

2. OUTROS USOS DA INFORMAÇÃO DE VALORIZAÇÃO

Para os países que têm metodologias e para aqueles que não, mas a valorizam, é claro que traduzir a CTSS em termos monetários não é um fim em si, mas a partir de uma perspectiva mais ampla e estratégica, pode ser um meio importante para conhecer outros propósitos. Tal como mostrado na tabela N° 15, existem áreas importantes em que a valorização é muito útil.

Como foi expressa por funcionários de países nas entrevistas realizadas, para os seus governos não existe interesse particular em expressar, através da valorização, quantias exorbitantes associados com o seu CSS ou CID. Seu interesse principal é demonstrar, promover e projectar as actuações em cooperação e contribuição para o desenvolvimento global. Por isso, entre outras coisas, as suas metodologias são simples, concretas e com base no custo de oportunidade dos salários dos funcionários públicos.

O anterior determina que a valorização é um veículo para posicionar países em espaços globais e regionais da CID, em geral, e CSS, em particular. Dado que a cooperação internacional é considerada cada vez mais pelos países da região como um componente importante de suas políticas externas, uma das principais motivações da valorização, de acordo com os resultados da pesquisa é, justamente, para fortalecer e apoiar a política externa.

Além disso, os países expressaram que uma motivação adicional para realizar a valorização é a transparência na execução dos recursos públicos. Esta questão já foi discutida anteriormente, mas, de qualquer forma, vale a pena lembrar que, enquanto ajuda o relatório da execução orçamental, ainda é necessário avançar na forma de como ele é apresentado e se difunde a partir da perspectiva do valor acrescentado que fornece a utilização do recurso humano nacional (e outros recursos públicos) em processos CSS ou CID.

TABELA 15.

Outros usos da informação de valorização

Usos da informação	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	México	Paraguai	Perú	Portugal	R. Dominicana	Uruguai	Total	Porcentagem
Motivar asignações orçamentais para CSS				☑	☑						☑					☑	4	25%
Fortalecer e apoiar a política exterior de seu país			☑	☑	☑	☑		☑			☑						6	38%
Transparência na execução dos recursos públicos				☑	☑	☑		☑			☑					☑	6	38%
Promover ligação da CSS e Triangular			☑	☑	☑						☑					☑	5	31%
Análise da CSS/ CID			☑								☑						2	13%
Melhorar o planeamento da CID											☑						1	6%

Fonte: Elaboração própria com base na informação dada na Pesquisa dos países.

Assim, adicionalmente, pode sustentar outra motivação como alocação de orçamentos maiores para esta forma de cooperação.

Por último, mas não menos importante, para os países envolvidos em processos triangulares de cooperação, a valorização de CSS e, especificamente, a valorização dos recursos técnicos, é uma forma importante para estabelecer as suas contribuições em cada projecto ou acção e ao mesmo tempo uma maneira de mostrar capacidade de participar em tais parcerias com doadores e outros países em desenvolvimento. Vale a pena lembrar que o maior ativo de uma PED pode mostrar no cenário da cooperação triangular, que na verdade é reconhecido e valorado pelos doadores tradicionais, é o seu conhecimento e experiência em processos de desenvolvimento.

Vale a pena considerar que são poucos países os que indicaram ter outros fins para desenvolver processos de valorização. Isso pode ter várias implicações; por um lado, sugere que deve progredir em aprofundar a sua análise da CI em geral e CSS, em particular, para identificar como estas práticas contribuem para a realização de outros objetivos nos campos nacionais e internacionais. Obviamente, isto não se aplica apenas às áreas técnicas de cooperação, mas, talvez mais destaque, se instalam nos correspondentes à política nacional e para a externa.

Por outro lado, pelo observado até aqui na geração e uso de informação de valorização, parece que ainda existem lacunas significativas entre os mais altos objetivos que podem ser atendidos com a gestão de CSS ou CID e os resultados de valorização e os usos específicos que estão sendo dadas a eles mesmos. Como já delineado, existe uma difusão estratégica limitada e, ainda no mesmo campo de CI, seu uso é pouco diversificado.

3. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Sobre a divulgação e uso de informações de valorização de CSS ou CID resultados limitados são observados. São poucos os atores internacionais, incluindo organizações e países que exigem ou solicitam informação de valorização para os países latino-americanos.

No plano interno, a informação é partilhada com as autoridades das relações exteriores e cooperação internacional e se regressa processada às entidades que forneceram os dados brutos. Em termos de prestação de contas, o relatório é restrito à execução do orçamento, o que desfoca os efeitos da valorizar (quantificar) os valores acrescentado das institucionalidade e pessoas envolvidas nos processos de CI.

A valorização tende a focar a oferta de cooperação. Não considera os homólogos dos parceiros CSS, como de igual forma a CSS que recebem os países oferentes. Esta informação é complementada com uma dotação dos orçamentos dos projetos, que recolhem normalmente apenas os custos directos.

É claro que, para alguns países, a valorização pode desempenhar um papel importante no cumprimento outras motivações como aqueles relacionados à política exterior, a transparência na utilização dos recursos ou a promoção e o fortalecimento do mesmo

CSS e CT. No entanto, existem limitações em termos de o que precede, que sugerem oportunidades significativas para melhorias no uso da informação e reforçar os processos de obtenção e processamento.

04

Oportunidades de troca

A análise da situação dos países em termos de valorização de CTSS realizada neste estudo pretende também que derivem de ele oportunidades de aprendizagem e partilha de conhecimentos. Na tabela a N.º. 16, é feita a relação entre as fortalezas e capacidades e necessidades dos países para permitir uma troca de experiência e conhecimentos que irá fortalecer o desenvolvimento e / ou aplicação dos processos de valorização na região.

A maioria das experiências disponíveis para outros países, tem como origem aqueles que, como mencionado anteriormente, tem vindo a consolidar os seus processos CSS. No grupo aparecem Brasil, Chile, México e Colômbia. Além disso, os progressos alcançados por El Salvador lhe permitem compartilhar suas experiências.

Os principais temas associados com países fornecedores são o desenho e ajuste de metodologias, fortalecimento institucional e questões de tecnologia. Se observou que o Brasil coloca em consideração as suas experiências em análise conceitual da valorização e políticas públicas. Chile, por sua vez, faz o mesmo com as experiências acumuladas no desenvolvimento completo de um processo de valorização.

Do lado da demanda, o desenho e ajuste de metodologias projeto ocupam o topo dos interesses dos países, seguido por questões tecnológicas, identificação e análise de informação e desenho de quadros regulamentares.

Neste contexto, pode-se afirmar que as experiências e necessidades que podem entrar na definição de actividades de partilha de conhecimentos e experiências são consistentes com as principais conclusões do estudo.

Em primeiro lugar, as competências essenciais estão instaladas em países que estão implementando ou estão prestes a colocar em funcionamento as suas metodologias de valorização. Em segundo lugar, as questões de oferta e demanda são convergentes com aquelas que determinam de forma crítica a concepção e o bom desenvolvimento de um processo de valorização, tais como o desenho e ajuste de metodologias, a gestão da informação, os instrumentos tecnológicos e concepção de quadros regulamentares.

TABELA 16.Pontos fortes (oferta) e necessidades (demandas) para troca de experiências⁵⁴

Temáticas	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras
Desenho de quadros regulamentares	d			d		d		d		d
Desenho de metodologias	d	d	o	o	o	d	d ⁵⁵	o ⁵⁶ ,d		d
Ajustes de metodologias			o	d	o	d	d			
Pontos fortes institucionais				d	o	d		o	d	
Assuntos tecnológicos	d			d	o	d		o,d	d	
Identificação e análise de informação	d		o		o	d	d		d	
Treinamento para pessoal de trabalho	d			o	o	d	d	d		
Conceptualização de valorização			o							
Análise de políticas públicas			o							d
Experiências processos de valorização				o						

Fonte: Elaboração própria com base na informação dada na Pesquisa dos países.

54/ Para fins de registro na tabela, o país que oferece as suas capacidades e pontos fortes, será marcado com “o” de oferta. Aqueles que fazem pedidos, serão marcados com o “d” da demanda. No final, serão totalizados os países que a oferta e a demanda em um determinado tópico.

55 / Valorização de horas técnicas e bens e serviços fornecidos.

56 / Metodologia nacional para a criação de mestre de indicadores para CSS (quadro de desempenho da CSS e triangular em El Salvador).

57 / Estimativa do valor do perito (cooperação técnica).

58 / Institucionalização do processo de coleta de dados, no qual a base jurídica, o instrumento de coleta e a promoção da participação de dependências da Administração Pública Federal são fundamentais.

No mesmo sentido, é importante reconhecer que os interesses dos países estão estreitamente alinhados com os temas básicos do processo de valorização geral, que permite, pelo menos em termos gerais, a junção entre os pontos fortes de alguns países e demandas de outros. Faltaria, a fim de fazer um refinamento de temas e conteúdos, conhecer os interesses precisos e limitados de todos.

Temáticas	México	Paraguai	Perú	Portugal	R. Dominicana	Uruguai	Total oferta	% oferta	Total demanda	% demanda
Desenho de quadros regulamentares	o						1	6%	5	31%
Desenho de metodologias	o ⁵⁷	d	d		d		5	31%	9	56%
Ajustes de metodologias					d		2	13%	4	25%
Pontos fortes institucionais	o ⁵⁸	d					3	19%	4	25%
Assuntos tecnológicos	o	d					3	19%	6	38%
Identificação e análise de informação			d				2	13%	5	31%
Treinamento para pessoal de trabalho		d					2	13%	5	31%
Conceptualização de valorização							1	6%		
Análise de políticas públicas							1	6%	1	6%
Experiências processos de valorização							1	6%		

05

Considerações finais

Aqui são apresentados sinteticamente, as principais conclusões do estudo e algumas considerações finais relacionadas a eles.

- Embora as questões da valorização da CTSS terem sido durante vários anos na agenda dos países da região, em termos globais, o progresso é limitado. Seria de se esperar, pelo conhecido até agora, que com a consolidação dos processos da Colômbia e do Equador, a tendência de ter metodologias de valorização irá ampliar e consolidar. Parece que a necessidade de valorizar e, assim, fazer avançar os processos para o efeito, está diretamente relacionada com o avanço e consolidação em cada país de suas atividades no CSS e CID.
- Não obstante o anterior, se deve tomar em conta a natureza das limitações que, actualmente, os países identificaram para ter ou consolidar os processos de valorização. A falta de estruturas específicas regulamentares y metodologías particulares aparece como um dos principais obstáculos. A tudo isto se acrescenta o acesso e a disponibilidade de informações.
- Em relação aos marcos regulatórios, o lógico, pareceria ser que os países deveriam empreender processos para obter aprovação pelas autoridades competentes. No entanto, se, se pensa sobre a aprovação de leis, e as mesmas estão referidas exclusivamente para a valorização, talvez, etapas, procedimentos e tempo para adquiri-los seja complicado. As agendas legislativas e as prioridades políticas podem limitar seriamente os progressos realizados nestes propósitos.
- Se os regulamentos são de menor importância, tais como Decretos ou instrumentos similares, se deve analisar a sua efetividade e a capacidade para suportar no

formal os processos de valorização. De qualquer maneira, independentemente do mecanismo de regulação utilizado, será necessário identificar a capacidade efetiva que este tem de estabelecer “obrigações” e gerar compromissos que envolvem diferentes agentes.

- No que tem a ver com as informações, como mencionado acima, este é, talvez, o principal limitante; sabe-se que, independentemente da sofisticação dos projetos e potência das plataformas e equipamento usado para capturar informações, a chave é a capacidade de motivar e para que seja eficaz e permanentemente, se tenha acesso à informação. Nesta área são fundamentais os elementos institucionais; por um lado, o grau em que os quadros regulamentares “forçam”, por outro, o grau em que eles são respeitados e, no meio, quanta capacidade (e vontade) existe nas organizações sectoriais para responder a tais mandatos.
- As metodologias conhecidas recolhem os principais elementos identificados para a valorização do CTSS; com algumas diferenças, integram os custos directos, indirectos e a ajuda técnica dos funcionários públicos. A valorização do último conceito é baseada no custo de oportunidade determinada a partir do salário mensal certificado nas tabelas de salários dos funcionários públicos. Em geral, são metodologias simples quem incluem a execução do orçamento, as áreas financeiras disponíveis, e o custo de oportunidade estimado.
- Na medida em que a valorização está concentrada em instituições que coordenam CI (ou CSS) e executam orçamentos para isso, o processo pode ser mais fácil. O grande desafio é conseguir relatórios permanentes das instituições setoriais que não são coordenados ou que executam seus próprios orçamentos CSS.
- Até agora, apesar de ter sido identificado que a recuperação apoia os esforços de projeção internacional dos países e reforçam suas políticas externas, a falta de demanda externa e interna para tais dados, e sua baixa utilização em processos internos de planeamento e ajuste estratégico, chamar a atenção para o baixo custo / eficácia de tais processos. Isso não implica que se invalidam estas experiências importantes, mas são encorajados a pensar em outros usos e potencialidades que podem ser satisfeitos com a valorização.

- As oportunidades para aprender a partir desta análise são importantes e espera-se que as experiências podem ser partilhadas e fortalecidas amplamente na região que, como aconteceu com o relatório da cooperação Sul - Sul na Iberoamérica, futuros avanços na valorização se convertam em uma referência mais sobre a região a nível global.

Bibliografia

Assembleia Nacional, registo oficial no. 306, de 22 de outubro de 2010 - Código Orgânico de Planificação e Finanças Públicas artigo 69.

Câmara de Deputados H. do Congresso da União, a Lei DOF 06-04-2011.

Câmara de Deputados H. do Congresso da União, a Lei DOF 06-04-2011, itens 1 a 3.

Câmara de Deputados H. do Congresso da União, a Lei DOF 06-04-2011, artigo 10, parágrafo VIII.

CEPAL, Resolução 647 (XXXIII), 2010, numeral III.

CEPAL, Resoluções 675 (XXXIV), 2012, paragrafo 3.

CEPAL, Informe da primeira reunião da mesa diretiva do comite da cooperação sul-sul, fevereiro 4 de 2013

Programa Ibero-Americano do Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, “Diagnóstico dos marcos normativos e Institucionais para a gestão da cooperação Sul-Sul no países da Ibero.America” 2014

Programa Ibero-Americano do Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, “Termos de Referência Consultoria “Metodologias e instrumentos de valorização da cooperação sul-sul em Iberoamérica” 2015

Projetamos Colômbia S.A.S, Guia metodológica para a quantificação da cooperação técnica, 2013.

Secretaria Geral Ibero-America, “Informe da Cooperação Sul-Sul em Ibero-America 2010”, pags. 56 a 59

Anexos

1. Grupo de Tarefa de Quantificação da Cooperação Sul-Sul

CONTEXTO

A Comissão Económica para a América Latina e Caribe, por meio de Resoluções 647 e 675, incluiu na agenda das discussões relacionadas com o CSS, a construção de indicadores para determinar o impacto económico e social desta forma de cooperação.

Na resolução 647, aprovada no Trigesimo terceiro período de sessões da comissão, solicitou ao Secretariado: *“iii) em conjunto com as autoridades nacionais responsáveis pela cooperação, desenvolver um conjunto de indicadores que permitam medir o impacto económico e social da cooperação Sul-Sul; iv) sujeita à disponibilidade de recursos inicie um processo para fortalecer a capacidade das instituições responsáveis pela cooperação internacional nos países que dela necessitam, especialmente para a geração de estatísticas e sistema de informação adequado”*.⁵⁹

Na resolução 675, aprovada no trigésimo quarto período de sessões da Comissão, se renovou o prazo do termo anterior, da seguinte forma: *“... Solicita ao Secretário Executivo que: (...) 5 Desenvolva, em um curto prazo, para a análise e consideração dos países membros, um conjunto de indicadores para medir o impacto económico e social da cooperação Sul-Sul na região, sem distorcer a natureza que representa este tipo de cooperação para o desenvolvimento, tendo em conta também o trabalho desenvolvido no âmbito do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul da Secretaria-Geral Ibero-americana; de acordo com os requisitos e necessidades dos países membros,*

59/ Conselho Económico e Social, Oficial Records, 2010, Suplemento 20, 2010 o relatório bienal (14 de Junho de 2008 em 01 de junho de 2010), pg. 140.

continuar com o processo de promover e facilitar o reforço das capacidades institucionais das entidades responsáveis pela cooperação internacional, especialmente nas áreas de geração de dados quantitativos desagregados por sexo (estatísticas e sistemas de informação) com especial referência a grupos etários (crianças, adolescentes, jovens e idosos, pessoas que vivem na pobreza ou vulneráveis a ela, que têm diferentes capacidades, ou pertencentes a população de ascendência Africano na América Latina ou grupos étnicos, e outras variáveis relevantes para sua incorporação em seus instrumentos e mecanismos como ferramentas para medir o impacto econômico e social que a cooperação internacional gera na consecução de políticas públicas para o desenvolvimento ⁶⁰.

Neste contexto, a comissão Prime CSS da CEPAL, realizada em 27 de novembro de 2012, em Lima, por iniciativa dos Responsáveis pela Cooperação, determinou-se que a finalidade de tais resoluções sobre indicadores para CSS, deve ser direcionada para medir o valor econômico de tais atividades e, para esse efeito, a participação de PIFCSS e Conferência Estatística das Américas (CEA) foi estabelecida.

De fato, na reunião, o representante de El Salvador, que representava a mesa, referiu que “... a medição do impacto econômico e social não era o necessário nessa fase. O pedido à Secretaria Executiva da CEPAL era que, com base em actividades de cooperação realizadas pelos países da região poderia estimar a quantidade total de mobilização de recursos e caracterizar os resultados ou efeitos da Cooperação Sul Sul, em alguns países da América Latina e do Caribe”⁶¹.

Em conclusão, na Comissão de CSS referenciada se tomou a decisão de “solicitar à Secretaria que na próxima reunião do Conselho de Administração do Comitê de Cooperação Sul-Sul apresente uma proposta de uma medida geral, quantitativa e qualitativa, da cooperação Sul -Sul, com base das atividades contidas no Relatório sobre a Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2012 da Secretaria Geral (SEGIB), que inclui países da América Latina e que inclua datas do Caribe. Espera-se que a medida possa produzir evidência do valor econômico de todas as actividades mencionadas nesse documento, e o Uruguai passará a discussão sobre a geração de estatísticas ao programa de fortalecimento da Cooperação Sul-Sul da SEGIB”⁶².

60/ Consejo Económico e Social, Documentos Oficiais, 2012, Suplemento No 20, Relatório Bial, 2010 – 2011, pg. 187.

61/ Cepal, Relatório da Primeira Reunião da Mesa Diretiva do Comitê de Cooperação Sul-Sul, Novembro de 2012, pg. 5.

62/ CEPAL, Relatório da Primeira Reunião da Mesa Diretiva do Comitê de Cooperação Sul-Sul, Novembro de 2012, pg. 6

CRIAÇÃO DO GRUPO

No contexto anterior, em 2013, na Sétima Reunião da Conferência Estatística das Américas (CEA), o Grupo de Trabalho foi criado para Quantificação da Cooperação Sul-Sul (GTMCSS). O GTMCSS está composto por institutos de estatística e Agências de Cooperação internacional no Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela. A Coordenação do Grupo é mantida por Colômbia e a Secretaria Técnica corresponde a CEPAL.

O objectivo central de GTMCSS, envolve o desenvolvimento de uma metodologia que permita quantificar qualitativamente e quantitativamente a CSS. Para este fim, três objectivos específicos foram estabelecidos;

- Definir um glossário de termos relacionados com estatísticas CSS.
- Gerar contribuições para as discussões internacionais em relação com a medição da CSS.
- Fortalecer os laços e o trabalho entre os institutos de Estatística e as Agências de Cooperação Internacional dos países.

AÇÕES REALIZADAS

- No XIII Reunião do Comitê Executivo em agosto de 2014, a Colômbia apresentou e foi aprovado o Programa de Trabalho que foi baseado no desenvolvimento dos objectivos referenciados atrás. As atividades iniciais do GTMCSS consistiu na realização de uma videoconferência em novembro de 2014, para determinar as linhas de redefinição dos objectivos do Grupo. Posteriormente, em dezembro, um fórum virtual que deu começo às discussões do Glossário da CSS foi realizado.
- Mais tarde, em abril de 2015, em Bogotá, realizou-se a Primeira Reunião Presencial do GTMCSS Presencial, em que vários dos elementos necessários foram tratados para a construção de uma proposta de metodologia para a medição do desenvolvimento de iniciativas de CSS na América Latina e no Caribe. Além disso, foram revisadas as dimensões Políticas, Financeiras e Técnicas da CSS e foi gerado uma troca de experiências sobre questões de medição. Finalmente, foi acordada uma base para a valorização assumir os custos diretos, indiretos e a contribuição técnica dos funcionários.

Na reunião, foi acordado que a Direção da Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina, prepararia um limpa Glossário para ser

submetido à consideração dos membros do Grupo. Igualmente, a Colômbia assumiu a responsabilidade de preparar uma proposta de requisitos mínimos a serem incluídos nos formatos de captura de dados.

- Em dezembro de 2015, o “Seminário de Análise da evolução da medição proposto de cooperação sul-sul” foi realizada em Santiago do Chile. Neste espaço, relatórios de execução das tarefas levadas a cabo pelo GMTCCS foram apresentados. Além disso, outras discussões se concentraram em medir a gestão, resultados, efeitos e impacto, e não tanto em relação às questões específicas da valorização.
- Atualmente, o GMTCCS conta com a proposta do Glossário elaborado pela Argentina. Se espera que para maio de 2016 ter concluído as seguintes actividades:
 - o Acordar o padrão internacional de valorização de horas experta com base em anos de experiência e formação académica.
 - o Realizar a análise comparativa de formatos de captura de dados usados por membros do Grupo.
 - o Definir um padrão para medir bolsas de estudo.

Anexos

2. Fichas País

Argentina

Marco normativo

1. Legislação que estabelece a obrigação de explorar a CSS	Não
2. Motivações principais para valorizar CSS	N.A.
3. Principais limitações para valorização	Existe interesse em valorizar, mas não existe uma metodologia clara
4. Informações para a valorização	Voos, alojamento, alimentação, transporte interno, materiais e seguro médico ajudas e doações para projetos
5. Percentagem própria de informação	Bilhetes (100%); alojamento (100%); alimentação (100%); transporte interno (80%); materiais (80%); seguro de saúde (100%) e insumos e subsídios para projetos (80%)
6. Obtenção de informação que não é tratada	Se solicitou, mas só às vezes se deu
7. Frequência de recibo de informação	Não existe uma periodicidade clara
8. Legislação que obriga as instituições a relatar as despesas CSS	Não

Metodologias

9. Metodologia para valorizar o CSS	Não
10. Se não tem metodologia, como valoriza a CSS	Argentina está em um processo de identificação e desenvolvimento de uma metodologia de avaliação. Até agora tem informações dos custos directos. A mesma é elaborada pela Direcção-Geral de Cooperação Internacional
11. Nome metodologia - entidade que a desenvolveu e / ou aplica - estado de progresso. instrumento de adopção	N.A.
12. base para a formulação da metodologia	N.A.
13. Tempo para aplicação da metodologia	N.A.

Metodologia (continua na pagina acima)

14. itens valorizados de acordo com a metodologia em CSS	N.A.
15. Como é valorizado	N.A.
16. Meios de capturar a informação	Diligenciamiento de formulários , base de dados
17. Agentes de carga de informações	Funcionários da Chancelaria de Argentina e do Fundo de Cooperaçao Sul - Sul e Triangular
18. Processamento e controle de qualidade da informação	A informação obtida por meio dos formulários de projetos, é sistematizado numa base de dados. Argentina não conta com uma metodologia de valorização, as informações da CSS se processam com base em custos directos, ou seja, o que se paga por cada item que envolve o orçamento do projeto
19. Outras expressões que são valorizados da CSS	Não

Difusão e uso da informação de valorização

20. Requisitos de países ou instituições para conhecer a informação de valorização	PIFCSS/SEGIB, JICA
21. Relatório interno da informação sobre valorização	Ministério da Economia, Ministério das Relações Exteriores e Culto
22. Requerimento de informação de valorização a outros países	Não
23. Utilização de valorização para a tomada de decisões e melhoramento da CSS	Não
24. Outras utilizações de valorização	N.A.
25. Limitações ou reservas reguladoras de divulgação de informações de valorização	Não

Oportunidades de Troca

26. Fortalezas para compartilhar com outros países	Não
27. Interesses de ser apoiado por outros países (temas)	Desenho de quadros regulamentares; Desenho de metodologias; assuntos tecnológicos; identificação de informação; formação de pessoal

Resultados valorização

28. Resultados dos exercícios de valorização (em milhões de USD)	N.A.
--	------

Bolivia

Marco normativo

1. Legislação que estabelece a obrigação de explorar a CSS	Não
2. Motivações principais para valorizar CSS	N.A.
3. Principais limitações para valorização	Restrições de disponibilidade da informação
4. Informações para a valorização	Não
5. Percentagem própria de informação	Não
6. Obtenção de informação que não é tratada	Se solicita e se obtém
7. Frequência de recibo de informação	Varia entre três e seis meses
8. Legislação que obriga as instituições a relatar as despesas CSS	Não

Metodologia

9. Metodologia para valorizar o CSS	Não
10. Se não tem metodologia, como valoriza a CSS	Não
11. Nome metodologia - entidade que a desenvolveu e / ou aplica - estado de progresso. instrumento de adoção	N.A.
12. Base para a formulação da metodologia	N.A.
13. Tempo para aplicação da metodologia	N.A.
14. Itens valorizados de acordo com a metodologia em CSS	N.A.
15. Como é valorizado	N.A.
16. Meios de capturar a informação	N.A.
17. Agentes de carga de informações	N.A.
18. Processamento e controle de qualidade da informação	N.A.
19. Outras expressões que são valorizados da CSS	N.A.

Difusão e uso da informação de valorização

20. Requisitos de países ou instituições para conhecer a informação de valorização	Não
21. Relatório interno da informação sobre valorização	Não
22. Requerimento de informação de valorização a outros países	Não
23. Utilização de valorização para a tomada de decisões e melhoria da CSS	N.A.
24. Outras utilizações de valorização	N.A.
25. Limitações ou reservas reguladoras de divulgação de informações de valorização	Não

Oportunidades de troca

26. Fortalezas para compartilhar com outros países	Não
27. Interesses de ser apoiado por outros países (temas)	Desenho de metodologias

Resultados valorização

28. Resultados dos exercícios de valorização (em milhões de USD)	N.A.
--	------

Brasil

Marco normativo

1. Legislação que estabelece a obrigação de explorar a CSS	Não
2. Motivações principais para valorizar CSS	N.A.
3. Principais limitações para valorização	Não existe um quadro regulamentar para apoiar a valorização, restrições de acesso e disponibilidade da informação.
4. Informações para a valorização	Salários dos funcionários, pagamento de bilhetes, as despesas, os materiais, as contribuições para organizações internacionais, as despesas de viagem por outras formas de cooperação.
5. Percentagem própria de informação	ABC mantém o controle de desembolsos dos recursos alocados no seu orçamento.
6. Obtenção de informação que não é tratada	IPEA recebe 100% das informações de ABC e da maioria das instituições federais.
7. Frequência de recibo de informação	Irregular; depende do horizonte levado para o exercício de valorização. O atual é de três anos.
8. Legislação que obriga as instituições a relatar as despesas CSS	Não

Metodologia

9. Metodologia para valorizar o CSS	Sim
10. Se não tem metodologia, como valoriza a CSS	N.A.
11. Nome metodologia - entidade que a desenvolveu e / ou aplica - estado de progresso. instrumento de adoção	"Diretrizes básicas para a pesquisa"; desenvolvido e implementado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) da Presidência do Brasil; em aplicação, com ajustes segundo a complexidade da análise. Não foi adotado por qualquer instrumento.
12. base para a formulação da metodologia	Análise dos conceitos básicos sobre cooperação, determinação de elementos a valorizar e maneiras de o fazer.
13. Tempo para aplicação da metodologia	Entre três a cinco anos.
14. itens valorizados de acordo com a metodologia em CSS	salários dos funcionários, passagens aéreas, despesas de viagem, suprimentos e materiais.
15. Como é valorizado	(Saldo médio diário x número de dias) + (desembolsos para despesas de transporte e de viagem, doações e custos administrativos).
16. Meios de capturar a informação	Plataforma Web da IPEA e ABC NET - SAP e SGPFIn de ABC.
17. Agentes de carga de informações	Representantes de instituições federais e ABC

Metodologia (continuação da página acima)

18. Processamento e controle de qualidade da informação	IPEA revisa os registros com as instituições federais e geram os ajustes apropriados.
19. Outras expressões que são valorizados da CSS	Cooperação em matéria de educação; cooperação científica e tecnológica; cooperação humanitária; proteção, apoio e integração dos refugiados; Operações de Paz; contribuições para organizações internacionais.

Difusão e uso da informação de valorização

20. Requisitos de países ou instituições para conhecer a informação de valorização	Não
21. Relatório interno da informação sobre valorização	A Informação de valorização é conhecida pela Presidência, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, ABC e as outras instituições federais.
22. Requerimento de informação de valorização a outros países	Não
23. Utilização de valorização para a tomada de decisões e melhoramento da CSS	A informação é ocasionalmente usada para tais fins. No ano de 2011 - 2013 será usada para avançar na verificação de resultados e impactos.
24. Outras utilizações de valorização	Fortalecer e apoiar a política externa de seu país, análise da CSS.
25. Limitações ou reservas reguladoras de divulgação de informações de valorização	Não

Oportunidades de Troca

26. Fortalezas para compartilhar com outros países	Desenho e ajuste de metodologias de valorização, análise de informação, análise conceitual para valorização, análise de políticas públicas relacionadas com a cooperação.
27. Interesses de ser apoiado por outros países (temas)	Não

Resultados valorização

28. Resultados dos exercícios de valorização (em milhões de USD)	2005 - 158,1; 2006 - 277,2; 2007 - 291,9; 2008 - 336,8; 2009 - 482,9; 2010 - 923,4
--	--

Chile

Marco normativo

1. Legislação que estabelece a obrigação de explorar a CSS	Não
2. Motivações principais para valorizar CSS	N.A.
3. Principais limitações para valorização	Não existe um quadro regulamentar para apoiar a valorização; não se pode acessar todas as informações sobre a cooperação Sul-Sul concedido pelos diferentes sectores nacionais.
4. Informações para a valorização	Voos, as despesas associadas à iniciativa, o orçamento institucional, escala única de pagamento ao funcionário público nacional.
5. Percentagem própria de informação	95%
6. Obtenção de informação que não é tratada	AGCID solicita informações e a obtém
7. Frequência de recibo de informação	Na medida em que as iniciativas estão se executando. Torna-se a considerar quando é repetido a participação do funcionário, deixando as informações armazenadas
8. Legislação que obriga as instituições a relatar as despesas CSS	Não

Metodologia

9. Metodologia para valorizar o CSS	Sim
10. Se não tem metodologia, como valoriza a CSS	N.A.
11. Nome metodologia - entidade que a desenvolveu e / ou aplica - estado de progresso. instrumento de adoção	“Metodologia de Avaliação da cooperação internacional para o desenvolvimento concedida pela AGCID”, concebido e implementado por AGCID; em implementação. Não foi adotado por qualquer instrumento formal.
12. base para a formulação da metodologia	Crêterios técnico de consulta avançada para tal efeito. Se levou em conta a experiência do México.
13. Tempo para aplicação da metodologia	Entre 1 e três anos.
14. itens valorizados de acordo com a metodologia em CSS	Passagens aéreas, despesas de viagem, custos associados, apoio administrativo, técnico e profissional.
15. Como é valorizado	Passagens aéreas, cargos efectivos; despesas de viagem; custos associados; apoio administrativo, a relação percentual do orçamento associado à iniciativa; profissionais e técnicos dia de trabalho de cada trabalhador (custo de oportunidade).

Metodologia (continuação da página acima)

16. Meios de capturar a informação	Folha de cálculo
17. Agentes de carga de informações	Funcionários AGCID
18. Processamento e controle de qualidade da informação	Convergem elementos orçamentais institucionais, bônus de funcionários de outras instituições e os gastos efetivos de cada iniciativa de CSS. É comprovado que a informação inserida na metodologia corresponde às informações no Orçamento do Ministério das Finanças. A informação é confirmada e está disponível online.
19. Outras expressões que são valorizadas da CSS	Bolsas, subsídios de emergência. Recursos gastos são registrados.

Difusão e uso da informação de valorização

20. Requisitos de países ou instituições para conhecer a informação de valorização	Instituições e países com os quais a cooperação triangular é realizada.
21. Relatório interno da informação sobre valorização	Não
22. Requerimento de informação de valorização a outros países	Não
23. Utilização de valorização para a tomada de decisões e melhoramento da CSS	Sim
24. Outras utilizações de valorização	Motivar as dotações orçamentais para a CSS, fortalecer e apoiar a política externa de seu país, transparência na execução dos recursos públicos, promover as ligações Triangulares e CSS.
25. Limitações ou reservas reguladoras de divulgação de informações de valorização	Sim. Se espera a formalização da metodologia dentro da instituição

Oportunidades de Troca

26. Fortalezas para compartilhar com outros países	Desenho de metodologias de projeto, treinamento de pessoal, mostrar a experiência do processo.
27. Interesses de ser apoiado por outros países (temas)	Desenho de quadros regulamentares, ajuste de metodologias, fortalecimento institucional, questões tecnológicas.

Resultados valorização

28. Resultados dos exercícios de valorização (em milhões de USD)	2010 - 9,1; 2011 - 4,2; 2012 -5,8; 2013 - 6,8; 2014 - 10,9
--	--

Colômbia

Marco normativo

1. Legislação que estabelece a obrigação de explorar a CSS	Não
2. Motivações principais para valorizar CSS	N.A.
3. Principais limitações para valorização	Existe interesse em a valorizar, mas não uma metodologia clara; não existe um quadro regulamentar para apoiar a valorização; restrições de disponibilidade da informação e de tempo e recurso humano para desenvolver um exercício que exige rigor metodológico e de investigação; restrição ao acesso a dados financeiros.
4. Informações para a valorização	Voos, alojamento, alimentação, transporte interno, materiais.
5. Percentagem própria de informação	Voos, 95%; alojamento, 95%; alimentação, 95%; transporte interno, 95%; Materiais, 50%.
6. Obtenção de informação que não é tratada	Não
7. Frequência de recibo de informação	N.A.
8. Legislação que obriga as instituições a relatar as despesas CSS	Não

Metodologia

9. Metodologia para valorizar o CSS	Sim
10. Se não tem metodologia, como valoriza a CSS	N.A.
11. Nome metodologia - entidade que a desenvolveu e / ou aplica - estado de progresso. instrumento de adopção	“Guia Metodológico para a quantificação de cooperação técnica”, desenvolvido e implementado pela APC Colômbia por alguns casos-piloto. não foi adoptada por qualquer mecanismo formal.
12. base para a formulação da metodologia	Critérios técnicos definidos com base em consulta.
13. Tempo para aplicação da metodologia	Inferior a um ano
14. itens valorizados de acordo com a metodologia em CSS	Passagens aéreas, hospedagem, refeições, despesas de viagem, materiais, transporte interno, apoio administrativo, suporte a CSS equipe técnica, profissional e técnica, de software, metodologias específicas.
15. Como é valorizado	1. Os custos directos (bilhetes, despesas de viagem e logística) são calculadas mediante uma soma. 2. Os custos indirectos ou plataforma administrativa: percentagem de custos operacionais para cada Direção da APC-Colômbia. 3. Valor acrescentado anos de experiência, nível de educação e horas de trabalho que o perito dedica à atividade CSS.

Metodologia (continuação da página acima)

16. Meios de capturar a informação	Hoja de cálculo
17. Agentes de carga de informações	Funcionários da APC Colômbia
18. Processamento e controle de qualidade da informação	Como se trata de abordagens, o controle de qualidade em termos de custo-benefício não é eficiente. Quando se trata de informação financeira, é muito dispendioso (por tempo) triangular os dados.
19. Outras expressões que são valorizados da CSS	Não

Difusão e uso da informação de valorização

20. Requisitos de países ou instituições para conhecer a informação de valorização	OCDE, SEGIB
21. Relatório interno da informação sobre valorização	Conselho Diretivo da APC - Colômbia
22. Requerimento de informação de valorização a outros países	Não
23. Utilização de valorização para a tomada de decisões e melhoramento da CSS	Sim
24. Outras utilizações de valorização	Motivar as dotações orçamentais para a CSS. Fortalecer e apoiar a política externa do país, transparência na execução dos recursos públicos, promover as ligações entre CSS e Triangular.
25. Limitações ou reservas reguladoras de divulgação de informações de valorização	Não

Oportunidades de Troca

26. Fortalezas para compartilhar com outros países	Desenho e ajuste de metodologias, fortalecimento institucional, assuntos de tecnologia, identificação de informação, treinamento de pessoal
27. Interesses de ser apoiado por outros países (temas)	Não

Resultados valorização

28. Resultados dos exercícios de valorização (em milhões de USD)	N.A.
--	------

Costa Rica

Marco normativo

1. Legislação que estabelece a obrigação de explorar a CSS	Não
2. Motivações principais para valorizar CSS	Visibilizar em termos quantitativos e qualitativos, a CSS que faz o país.
3. Principais limitações para valorização	Existe interesse em valorizar, mas não existe uma metodologia clara; não existe um quadro regulamentar para apoiar a valorização; restrições orçamentais.
4. Informações para a valorização	Voos; habitação; alimentos; transporte interno; materiais. Responder ao programa de cooperação triangular Costa Rica-Espanha. No caso de transporte interno e materiais os parceiros que contribuem também contribuem com horas de trabalho.
5. Percentagem própria de informação	100% passagens; habitação; alimentação.
6. Obtenção de informação que não é tratada	100% transporte interno e materiais são incluídos pelos países recetores como contra partida.
7. Frequência de recibo de informação	N.D.
8. Legislação que obriga as instituições a relatar as despesas CSS	Não

Metodologia

9. Metodologia para valorizar o CSS	Não
10. Se não tem metodologia, como valoriza a CSS	Estimação de custos diretos
11. Nome metodologia - entidade que a desenvolveu e / ou aplica - estado de progresso. instrumento de adoção	N.A.
12. base para a formulação da metodologia	N.A.
13. Tempo para aplicação da metodologia	N.A.
14. itens valorizados de acordo com a metodologia em CSS	N.A.
15. Como é valorizado	N.A.

Metodologia (continuação da página acima)

16. Meios de capturar a informação	Formulação de projetos
17. Agentes de carga de informações	N.A.
18. Processamento e controle de qualidade da informação	N.A.
19. Outras expressões que são valorizadas da CSS	Não

Difusão e uso da informação de valorização

20. Requisitos de países ou instituições para conhecer a informação de valorização	Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB)
21. Relatório interno da informação sobre valorização	Não
22. Requerimento de informação de valorização a outros países	Não
23. Utilização de valorização para a tomada de decisões e melhoramento da CSS	Não
24. Outras utilizações de valorização	Rendição de contas, transparência e apoio à política externa do país.
25. Limitações ou reservas reguladoras de divulgação de informações de valorização	Não

Oportunidades de Troca

26. Fortalezas para compartilhar com outros países	Não
27. Interesses de ser apoiado por outros países (temas)	Desenho de quadros regulamentares; desenho de metodologias; ajuste de metodologias; fortalecimento institucional; questões tecnológicas; identificação de informação; formação de pessoal.

Resultados valorização

28. Resultados dos exercícios de valorização (em milhões de USD)	N.A.
--	------

Equador

Marco normativo

1. Legislação que estabelece a obrigação de explorar a CSS	Não
2. Motivações principais para valorizar CSS	N.A.
3. Principais limitações para valorização	Restrições de acesso e disponibilidade de informações.
4. Informações para a valorização	Voos, alojamento, refeições, transporte interno, materiais e custo de oportunidade e valorização / custo de pessoal técnico.
5. Percentagem própria de informação	0%. SETECI em 2016 contará com uma base de informações que permita estimar percentagens.
6. Obtenção de informação que não é tratada	SETECI solicita a informação, mas a mesma não é fornecida pelas instituições.
7. Frequência de recibo de informação	A informação é recebida de forma contínua. As solicitações são anuais, para a cooperação interinstitucional, e cada vez que se termina uma missão, para a CSS bilateral.
8. Legislação que obriga as instituições a relatar as despesas CSS	Código Orgânico da Planificação e Finanças Públicas (COPLA-FIP), publicada no Resgisto Oficial N° 306, de 22 de Outubro de 2010, artigo 69.

Metodologia

9. Metodologia para valorizar o CSS	Sim
10. Se não tem metodologia, como valoriza a CSS	N.A.
11. Nome metodologia - entidade que a desenvolveu e / ou aplica - estado de progresso. instrumento de adopção	"Metodologia de Avaliação de cooperação Sul-Sul". Preparado por SETECI. será aplicada a partir de 2016 não foi adotado por qualquer instrumento.
12. base para a formulação da metodologia	Base conceitual (análise custo-benefício); base teórica (custo de oportunidade); critérios técnicos (avaliação do impacto de produtos e serviços não tangíveis. Base documental "Manual de Avaliação por resultados dos programas / projectos da cooperação internacional não reembolsável no Equador".
13. Tempo para aplicação da metodologia	N.A.
14. itens valorizados de acordo com a metodologia em CSS	A metodologia será conhecida no final do ano.
15. Como é valorizado	Relação custo / benefício com custo de oportunidade. Atualmente se realizam testes para valorizar intangíveis.

Metodologia (continuação da página acima)

16. Meios de capturar a informação	Plataforma de captura, entrevistas, Sistema de informação da cooperação Sul - Sul.
17. Agentes de carga de informações	N.A.
18. Processamento e controle de qualidade da informação	Processamento de dados com base em informações fornecidas pela instituição: tabelas de dados e gráficos. A informação é garantida pela instituição que envia. SETECI realiza uma revisão técnica. Enquanto se aguarda a implementação da metodologia de avaliação CSS, existem capacidades limitadas para comparar os custos apresentados pelas instituições.
19. Outras expressões que são valorizados da CSS	Doações monetárias e não-monetárias, subsídios e ajudas de emergência.

Difusão e uso da informação de valorização

20. Requisitos de países ou instituições para conhecer a informação de valorização	PIFCSS - Informe da CSS na iberoamérica
21. Relatório interno da informação sobre valorização	Ministério dos Negócios Estrangeiros e da mobilidade humana (MREMH) - Subsecretário da América Latina.
22. Requerimento de informação de valorização a outros países	Cargos diretos, indiretos e contribuição técnico nacional.
23. Utilização de valorização para a tomada de decisões e melhoramento da CSS	Sim
24. Outras utilizações de valorização	Não
25. Limitações ou reservas reguladoras de divulgação de informações de valorização	Não

Oportunidades de Troca

26. Fortalezas para compartilhar com outros países	Não
27. Interesses de ser apoiado por outros países (temas)	Ajustar metodologias, identificação de informação, treinamento de pessoal.

Resultados valorização

28. Resultados dos exercícios de valorização (em milhões de USD)	N.A.
--	------

El Salvador

Marco normativo

1. Legislação que estabelece a obrigação de explorar a CSS	Não
2. Motivações principais para valorizar CSS	N.A.
3. Principais limitações para valorização	Existe interesse em valorizar a CSS, mas não existe uma metodologia clara. Não existe um quadro regulamentar para apoiar a valorização.
4. Informações para a valorização	Voos; habitação; alimentos; transporte interno; materiais.
5. Percentagem própria de informação	Voos, 100%; alojamento, 85%; alimentação, 85%; transporte interno, 50%; materiais, 100%, quando corresponde a recursos do Fundo salvadoreño de Cooperação Sul-Sul.
6. Obtenção de informação que não é tratada	Para os projectos de recepção, os dados são obtidos com as instituições nacionais de execução (contra partidas)
7. Frequência de recibo de informação	Duas ou três semanas, depois de fazer o pedido.
8. Legislação que obriga as instituições a relatar as despesas CSS	Não

Metodologia

9. Metodologia para valorizar o CSS	Não
10. Se não tem metodologia, como valoriza a CSS	No âmbito do Desempenho da Cooperação Triangular e Sul-Sul, se tem trabalhado na elaboração e implementação de indicadores de mestrado para a valorização / quantificação baseado em SEGIB e AMEXCID.
11. Nome metodologia - entidade que a desenvolveu e / ou aplica - estado de progresso. instrumento de adopção	N.A.
12. base para a formulação da metodologia	N.A.
13. Tempo para aplicação da metodologia	N.A.
14. itens valorizados de acordo com a metodologia em CSS	N.A.
15. Como é valorizado	N.A.
16. Meios de capturar a informação	Mestría de indicadores CSS.

Metodologia (continuação da página acima)

17. Agentes de carga de informações	N.A.
18. Processamento e controle de qualidade da informação	A partir do disposto no máster de indicadores, se pode fazer um exercício de quantificação dos dados com os que se conta, tentando seguir os standards técnicos sugeridos.
19. Outras expressões que são valorizados da CSS	Não

Difusão e uso da informação de valorização

20. Requisitos de países ou instituições para conhecer a informação de valorização	Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)
21. Relatório interno da informação sobre valorização	Secretaria Técnica e de Planificação da Presidência; Ministério da Fazenda.
22. Requerimento de informação de valorização a outros países	Voos; habitação; alimentos; despesas de viagem; vistos; transporte interno; equipe de apoio administrativo e técnico da CSS.
23. Utilização de valorização para a tomada de decisões e melhoramento da CSS	Sim
24. Outras utilizações de valorização	Fortalecer e apoiar a política externa do país; transparência na execução dos recursos públicos.
25. Limitações ou reservas reguladoras de divulgação de informações de valorização	Não

Oportunidades de Troca

26. Fortalezas para compartilhar com outros países	Metodologia nacional para a criação de mestrado de indicadores para CSS (Quadro de Desempenho da CSS e Triangular em El Salvador); aspectos a considerar para o manuseio e aplicação de indicadores de CSS; Vinculação entre indicadores da CSS e sistemas nacionais.
27. Interesses de ser apoiado por outros países (temas)	Desenho de quadros regulamentares; desenho de metodologias; questões tecnológicas; formação de pessoal. Trocas com o México, Chile, Colômbia e Brasil.

Resultados valorização

28. Resultados dos exercícios de valorização (em milhões de USD)	N.A.
--	------

Guatemala

Marco normativo

1. Legislação que estabelece a obrigação de explorar a CSS	Não
2. Motivações principais para valorizar CSS	Valorização da contribuição técnica oferecida pelo país.
3. Principais limitações para valorização	Existe interesse em valorizar a CSS, mas não existe uma metodologia clara. Restrições orçamentais.
4. Informações para a valorização	Voos, alojamento, refeições (apenas em alguns casos).
5. Percentagem própria de informação	Não
6. Obtenção de informação que não é tratada	Se solicita e se obtém a informação necessária.
7. Frequência de recibo de informação	Anual
8. Legislação que obriga as instituições a relatar as despesas CSS	Sim

Metodologia

9. Metodologia para valorizar o CSS	Não
10. Se não tem metodologia, como valoriza a CSS	N.A.
11. Nome metodologia - entidade que a desenvolveu e / ou aplica - estado de progresso. instrumento de adoção	N.A.
12. base para a formulação da metodologia	N.A.
13. Tempo para aplicação da metodologia	N.A.
14. itens valorizados de acordo com a metodologia em CSS	N.A.
15. Como é valorizado	N.A.
16. Meios de capturar a informação	Preenchimento de formulários, entrevistas.
17. Agentes de carga de informações	Funcionários SEGEPLAN

Metodologia (continuação da página acima)

18. Processamento e controle de qualidade da informação	A informação é avaliada de acordo com as normas da instituição
19. Outras expressões que são valorizados da CSS	N.A.

Difusão e uso da informação de valorização

20. Requisitos de países ou instituições para conhecer a informação de valorização	SEGIB
21. Relatório interno da informação sobre valorização	Ministerio de Relações Exteriores
22. Requerimento de informação de valorização a outros países	Não
23. Utilização de valorização para a tomada de decisões e melhoramento da CSS	Não
24. Outras utilizações de valorização	Não
25. Limitações ou reservas reguladoras de divulgação de informações de valorização	N.A.

Oportunidades de Troca

26. Fortalezas para compartilhar com outros países	Boas práticas de acordo com o catálogo CSS.
27. Interesses de ser apoiado por outros países (temas)	Desenho de metodologias; fortalecimento institucional, questões tecnológicas, identificação de informação, treinamento de pessoal.

Resultados valorização

28. Resultados dos exercícios de valorização (em milhões de USD)	N.A.
--	------

Honduras

Marco normativo

1. Legislação que estabelece a obrigação de explorar a CSS	Não existe, até mesmo como ferramenta ou componente da política externa.
2. Motivações principais para valorizar CSS	Divulgar os resultados alcançados com a CSS.
3. Principais limitações para valorização	Existe interesse, mas não existe uma metodologia clara. Nenhuma política ou quadro regulamentar. Restrições de acesso e disponibilidade de informações. Não há nenhuma compreensão adequada da CSS e do seu valor acrescentado.
4. Informações para a valorização	N.A.
5. Percentagem própria de informação	Não existe
6. Obtenção de informação que não é tratada	Não existe
7. Frequência de recibo de informação	Não existe
8. Legislação que obriga as instituições a relatar as despesas CSS	Não existe

Metodologia

9. Metodologia para valorizar o CSS	Não existe
10. Se não tem metodologia, como valoriza a CSS	Não existe
11. Nome metodologia - entidade que a desenvolveu e / ou aplica - estado de progresso. instrumento de adoção	Não existe
12. base para a formulação da metodologia	Não existe
13. Tempo para aplicação da metodologia	Não existe
14. itens valorizados de acordo com a metodologia em CSS	Não existe
15. Como é valorizado	Não existe
16. Meios de capturar a informação	Não existe

Metodologia (continuação da página acima)

17. Agentes de carga de informações	Não existe
18. Processamento e controle de qualidade da informação	Não existe
19. Outras expressões que são valorizados da CSS	Não existe

Difusão e uso da informação de valorização

20. Requisitos de países ou instituições para conhecer a informação de valorização	Não
21. Relatório interno da informação sobre valorização	Não realizado
22. Requerimento de informação de valorização a outros países	Não realizado
23. Utilização de valorização para a tomada de decisões e melhoramento da CSS	Não realizado
24. Outras utilizações de valorização	Não existe
25. Limitações ou reservas reguladoras de divulgação de informações de valorização	Não há regras para que nenhuma informação seja divulgada

Oportunidades de Troca

26. Fortalezas para compartilhar com outros países	Não
27. Interesses de ser apoiado por outros países (temas)	Políticas, regulamentações, metodologias, avaliação.

Resultados valorização

28. Resultados dos exercícios de valorização (em milhões de USD)	N.A.
--	------

México

Marco normativo

1. Legislação que estabelece a obrigação de explorar a CSS	Lei sobre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - Lei Federal.
2. Motivações principais para valorizar CSS	Visibilidade da CSS que faz o país, quantificação da contribuição técnica oferecida pelo país, a transparência nos gastos públicos.
3. Principais limitações para valorização	Restrições de acesso e de disponibilidade de informações.
4. Informações para a valorização	Voos, alojamento, alimentação, transporte interno, materiais (se a instituição o incluir), estimativa do valor do perito.
5. Percentagem própria de informação	A maior parte dos desembolsos incluídos são de AMEXCID. São muito poucas as instituições que usam montantes para a CID.
6. Obtenção de informação que não é tratada	É solicitada por AMEXCID às instituições federais.
7. Frequência de recibo de informação	Anual para as instituições federais. Permanente em processos AMEXCID internos.
8. Legislação que obriga as instituições a relatar as despesas CSS	Lei de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

Metodología

9. Metodologia para valorizar o CSS	Sim
10. Se não tem metodologia, como valoriza a CSS	N.A.
11. Nome metodologia - entidade que a desenvolveu e / ou aplica - estado de progresso. instrumento de adoção	“Diretrizes para quantificar a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do México”; metodologia desenvolvida por AMEXCID, concluída, em execução e adotada por critérios da Lei.
12. base para a formulação da metodologia	Base conceitual: orientações de Lei CID, conceito esforço do oferente; base teórica: custo de oportunidade; critérios técnicos: informações verificáveis A par do poder aquisitivo e componente concessional da cooperação financeira reembolsável. Primeira proposta metodológica de 2010.
13. Tempo para aplicação da metodologia	Entre um e três anos.
14. itens valorizados de acordo com a metodologia em CSS	Cooperação técnica, ajuda humanitária, subsídios e cooperação financeira (reembolsável e não reembolsável).
15. Como é valorizado	Cooperação técnica (e ajuda humanitária) desembolsos de execução do projeto e custo de oportunidade do especialista mexicano (número de dias de atividade nível no cronograma de salário e salários oficiais e salário diário). Em subsídios para os países em desenvolvimento, desembolso e em cooperação financeira, o elemento de doação.

Metodologia (continuação da página acima)

16. Meios de capturar a informação	Plataforma de captura - RENCID
17. Agentes de carga de informações	Entidades federais e AMEXCID
18. Processamento e controle de qualidade da informação	É realizada uma consulta com as instituições federais devido a critérios metodológicos da AMEXCID. A informação é revista pela Direção Geral de Planejamento e Formulação de Políticas da CID e aqueles registros que não se qualificam como CID são excluídos.
19. Outras expressões que são valorizadas da CSS	Doações monetárias e não-monetárias, subsídios, ajuda de emergência, contribuições para Organizações Internacionais.

Difusão e uso da informação de valorização

20. Requisitos de países ou instituições para conhecer a informação de valorização	SEGIB, CAD-OCDE
21. Relatório interno da informação sobre valorização	Conselho Consultivo da AMEXCID
22. Requerimento de informação de valorização a outros países	Não
23. Utilização de valorização para a tomada de decisões e melhoramento da CSS	Não
24. Outras utilizações de valorização	Motivar as dotações orçamentais para a CSS, fortalecer e apoiar a política externa do país, a transparência na execução dos recursos públicos, promover as ligações entre a CSS e a Triangular, melhorar o planejamento da CID mexicana.
25. Limitações ou reservas reguladoras de divulgação de informações de valorização	Não. Apenas na cooperação financeira por sigilo bancário.

Oportunidades de Troca

26. Fortalezas para compartilhar com outros países	Metodologias de projeto, fortalecimento institucional, questões tecnológicas.
27. Interesses de ser apoiado por outros países (temas)	Não

Resultados valorização

28. Resultados dos exercícios de valorização (em milhões de USD)	Em 2014 foi promulgada a informação de quantificação de 2013. O montante relatado foi de US \$ 277 milhões.
--	---

Paraguai

Marco normativo

1. Legislação que estabelece a obrigação de explorar a CSS	Não
2. Motivações principais para valorizar CSS	N.A.
3. Principais limitações para valorização	Falta de foco na valorização da CSS.
4. Informações para a valorização	Custos compartilhados.
5. Percentagem própria de informação	100% para despesas dependentes da instituição.
6. Obtenção de informação que não é tratada	Se solicitou e se obteve
7. Frequência de recibo de informação	Variável, conforme necessário
8. Legislação que obriga as instituições a relatar as despesas CSS	Não

Metodología

9. Metodologia para valorizar o CSS	Não
10. Se não tem metodologia, como valoriza a CSS	A valorização é realizada em coordenação entre o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria Técnica do Planejamento.
11. Nome metodologia - entidade que a desenvolveu e / ou aplica - estado de progresso. instrumento de adoção	N.A.
12. base para a formulação da metodologia	N.A.
13. Tempo para aplicação da metodologia	N.A.
14. itens valorizados de acordo com a metodologia em CSS	N.A.
15. Como é valorizado	N.A.
16. Meios de capturar a informação	N.A.
17. Agentes de carga de informações	Funcionários da Cooperação.

Metodologia (continuação da página acima)

18. Processamento e controle de qualidade da informação	N.A.
19. Outras expressões que são valorizados da CSS	N.A.

Difusão e uso da informação de valorização

20. Requisitos de países ou instituições para conhecer a informação de valorização	Não
21. Relatório interno da informação sobre valorização	Secretaria Técnica de Planejamento
22. Requerimento de informação de valorização a outros países	Não
23. Utilização de valorização para a tomada de decisões e melhoramento da CSS	N.A.
24. Outras utilizações de valorização	N.A.
25. Limitações ou reservas reguladoras de divulgação de informações de valorização	Não

Oportunidades de Troca

26. Fortalezas para compartilhar com outros países	Não
27. Interesses de ser apoiado por outros países (temas)	Desenho de metodologias, fortalecimento institucional, questões tecnológicas, treinamento de pessoal.

Resultados valorização

28. Resultados dos exercícios de valorização (em milhões de USD)	N.A.
--	------

Peru

Marco normativo

1. Legislação que estabelece a obrigação de explorar a CSS	Não
2. Motivações principais para valorizar CSS	N.A.
3. Principais limitações para valorização	Existe interesse em valorizar, mas não existe uma metodologia clara, não existe um quadro regulamentar para apoiar a recuperação, as restrições de acesso e disponibilidade da informação.
4. Informações para a valorização	Voos, alojamento, refeições, transporte interno.
5. Percentagem própria de informação	A APCI obtém, trimestralmente, toda a informação da OIM que lhe administra os recursos.
6. Obtenção de informação que não é tratada	Sim os recursos são fornecidos pelos setores, é difícil obter as informações.
7. Frequência de recibo de informação	N.A.
8. Legislação que obriga as instituições a relatar as despesas CSS	Não

Metodologia

9. Metodologia para valorizar o CSS	Não
10. Se não tem metodologia, como valoriza a CSS	A soma dos bilhetes e despesas de viagem é realizada.
11. Nome metodologia - entidade que a desenvolveu e / ou aplica - estado de progresso. instrumento de adoção	N.A.
12. base para a formulação da metodologia	N.A.
13. Tempo para aplicação da metodologia	N.A.
14. itens valorizados de acordo com a metodologia em CSS	N.A.
15. Como é valorizado	N.A.
16. Meios de capturar a informação	Folhas de Cálculo.

Metodologia (continuação da página acima)

17. Agentes de carga de informações	Funcionários em APCI
18. Processamento e controle de qualidade da informação	As informações fornecidas pela DIM são a base do trabalho da APCI
19. Outras expressões que são valorizadas da CSS	Não

Difusão e uso da informação de valorização

20. Requisitos de países ou instituições para conhecer a informação de valorização	SEGIB, Países Centroamericanos
21. Relatório interno da informação sobre valorização	Não
22. Requerimento de informação de valorização a outros países	Não
23. Utilização de valorização para a tomada de decisões e melhoramento da CSS	Não
24. Outras utilizações de valorização	Não
25. Limitações ou reservas reguladoras de divulgação de informações de valorização	Não

Oportunidades de Troca

26. Fortalezas para compartilhar com outros países	Não
27. Interesses de ser apoiado por outros países (temas)	Desenho de metodologias, identificação de informação

Resultados valorização

28. Resultados dos exercícios de valorização (em milhões de USD)	N.A.
--	------

Portugal

Marco normativo

1. Legislação que estabelece a obrigação de explorar a CSS	Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020, Diário da Republica Resolução do Conselho de Ministros 17/2014, de 7 de março - 2014.
2. Motivações principais para valorizar CSS	Valorização com a contribuição técnica oferecida pelo país.
3. Principais limitações para valorização	Existe interesse em valorizar a cooperação, mas não existe uma metodologia clara.
4. Informações para a valorização	N.A. existem projetos de cooperação triangular na actualidade.
5. Percentagem própria de informação	N.A.
6. Obtenção de informação que não é tratada	N.A.
7. Frequência de recibo de informação	N.A.
8. Legislação que obriga as instituições a relatar as despesas CSS	Não

Metodologia

9. Metodologia para valorizar o CSS	Não
10. Se não tem metodologia, como valoriza a CSS	Não
11. Nome metodologia - entidade que a desenvolveu e / ou aplica - estado de progresso. instrumento de adopção	N.A.
12. base para a formulação da metodologia	N.A.
13. Tempo para aplicação da metodologia	N.A.
14. itens valorizados de acordo com a metodologia em CSS	N.A.
15. Como é valorizado	N.A.
16. Meios de capturar a informação	N.A.
17. Agentes de carga de informações	N.A.

Metodologia (continuação da página acima)

18. Processamento e controle de qualidade da informação	N.A.
19. Outras expressões que são valorizados da CSS	N.A.

Difusão e uso da informação de valorização

20. Requisitos de países ou instituições para conhecer a informação de valorização	SEGIB; OCDE.
21. Relatório interno da informação sobre valorização	Não
22. Requerimento de informação de valorização a outros países	Não
23. Utilização de valorização para a tomada de decisões e melhoramento da CSS	N.A.
24. Outras utilizações de valorização	N.A.
25. Limitações ou reservas reguladoras de divulgação de informações de valorização	Não

Oportunidades de Troca

26. Fortalezas para compartilhar com outros países	Não
27. Interesses de ser apoiado por outros países (temas)	Não

Resultados valorização

28. Resultados dos exercícios de valorização (em milhões de USD)	N.A.
--	------

República Dominicana

Marco normativo

1. Legislação que estabelece a obrigação de explorar a CSS	Não
2. Motivações principais para valorizar CSS	N.A.
3. Principais limitações para valorização	Existe interesse em valorizar, mas não existe uma metodologia clara; não existe um quadro regulamentar para apoiar a recuperação; restrições institucionais, de acesso e disponibilidade da informação.
4. Informações para a valorização	N.A.
5. Percentagem própria de informação	N.A.
6. Obtenção de informação que não é tratada	Não é solicitado
7. Frequência de recibo de informação	N.A.
8. Legislação que obriga as instituições a relatar as despesas CSS	Não

Metodología

9. Metodologia para valorizar o CSS	Não
10. Se não tem metodologia, como valoriza a CSS	Nenhuma atividade de valorização é realizada.
11. Nome metodologia - entidade que a desenvolveu e / ou aplica - estado de progresso. instrumento de adoção	N.A.
12. base para a formulação da metodologia	N.A.
13. Tempo para aplicação da metodologia	N.A.
14. itens valorizados de acordo com a metodologia em CSS	N.A.
15. Como é valorizado	N.A.
16. Meios de capturar a informação	N.A.

Metodologia (continuação da página acima)

17. Agentes de carga de informações	N.A.
18. Processamento e controle de qualidade da informação	N.A.
19. Outras expressões que são valorizados da CSS	Não

Difusão e uso da informação de valorização

20. Requisitos de países ou instituições para conhecer a informação de valorização	SEGIB
21. Relatório interno da informação sobre valorização	Não
22. Requerimento de informação de valorização a outros países	Voos (bilhetes de avião); habitação; alimentos; despesas de viagem; vistos; materiais; transporte interno; apoio administrativo; equipe de suporte técnico da CSS.
23. Utilização de valorização para a tomada de decisões e melhoramento da CSS	Não
24. Outras utilizações de valorização	Relatório de cooperação, prestação de contas.
25. Limitações ou reservas reguladoras de divulgação de informações de valorização	Não

Oportunidades de Troca

26. Fortalezas para compartilhar com outros países	Não
27. Interesses de ser apoiado por outros países (temas)	Desenho de metodologias

Resultados valorização

28. Resultados dos exercícios de valorização (em milhões de USD)	N.A.
--	------

Uruguai

Marco normativo

1. Legislação que estabelece a obrigação de explorar a CSS	Não
2. Motivações principais para valorizar CSS	N.A.
3. Principais limitações para valorização	Existe interesse em valorizar, mas não existe uma metodologia clara; não existe um quadro regulamentar para apoiar a recuperação; restrições de disponibilidade da informação.
4. Informações para a valorização	Voos, alojamento, alimentação, transporte interno, seguro de viagem.
5. Percentagem própria de informação	100%. Só se conta com a informação dos custos executados por AUCI.
6. Obtenção de informação que não é tratada	Desconhece-se, em geral, o montante pago por instituições nacionais. Informações são solicitadas, mas não são obtidas.
7. Frequência de recibo de informação	Anualmente são solicitados os valores totais por projeto ou ação.
8. Legislação que obriga as instituições a relatar as despesas CSS	Não

Metodología

9. Metodologia para valorizar o CSS	Não
10. Se não tem metodologia, como valoriza a CSS	AUCI executa o exercício de valorização. Apenas se aplica valor aos chamados "custos diretos" (bilhetes, alojamento, refeições, transporte interno, seguro de viagem). Não é realizada uma valorização dos aspectos técnicos da CSS. A priori se dão valores promédios para calcular os montantes dos bilhetes, noites de alojamento e alimentação de acordo com o valor de mercado em um determinado momento. Sobre viáticos, é tomado como referência de cálculo a Tabela do PNUD. Posteriormente se valoriza de acordo com os custos executados.
11. Nome metodologia - entidade que a desenvolveu e / ou aplica - estado de progresso. instrumento de adoção	N.A.
12. base para a formulação da metodologia	N.A.
13. Tempo para aplicação da metodologia	N.A.
14. itens valorizados de acordo com a metodologia em CSS	N.A.

Metodologia (continuação da página acima)

15. Como é valorizado	N.A.
16. Meios de capturar a informação	Preenchimento de formulários, folhas de cálculo.
17. Agentes de carga de informações	N.A.
18. Processamento e controle de qualidade da informação	N.A.
19. Outras expressões que são valorizados da CSS	N.A.

Difusão e uso da informação de valorização

20. Requisitos de países ou instituições para conhecer a informação de valorização	SEGIB (para o relatório da CSS em Iberoamerica); custos directos.
21. Relatório interno da informação sobre valorização	Não
22. Requerimento de informação de valorização a outros países	Não
23. Utilização de valorização para a tomada de decisões e melhoramento da CSS	Sim
24. Outras utilizações de valorização	Motivar dotações orçamentais para CSS; fortalecer e apoiar a política externa do país; transparência na execução dos recursos públicos; promover as relações Triangulares e CSS.
25. Limitações ou reservas reguladoras de divulgação de informações de valorização	Não

Oportunidades de Troca

26. Fortalezas para partilhar com outros países	Não
27. Interesses de ser apoiado por outros países (temas)	Ajustes de metodologias

Resultados valorização

28. Resultados dos exercícios de valorização (em milhões de USD)	N.A.
--	------

Anexos

3. Folha de Pesquisa.

Pesquisa sobre metodologias e ferramentas de valorização da cooperação sul - sul em Ibero-América (novembro, 2015)

INTRODUÇÃO

O Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul - Sul (PIFCSS), em linha com os seus objectivos estratégicos para fortalecer as capacidades institucionais, promovendo a gestão e posicionar e visibilizar a CSS e Triangular Iberoamericana, em coordenação com o Grupo de Referência Valorização da CSS⁶³, coordenou o desenvolvimento de trabalho encaminhado para conhecer e compreender, a partir das ferramentas metodológicas e conceituais as ferramentas que as autoridades de cooperação dos países utilizam para valorizar⁶⁴ a CSS.

Neste contexto, como um meio para reunir o máximo de informação relevante para o exercício foi desenhada a presente ferramenta, que é destinada a organizações envolvidas na coordenação da cooperação internacional em geral, e a CSS, particularmente.

De acordo com a presente situação em cada país, por favor, procedam a responder às perguntas às quais forem dirigidos. Com antecedência, agradecemos que anexem, se possível, documentos que permitam avançar mais na análise.

63/ Composto por Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Peru, SEGIB e a unidade técnica de PIFCSS.

64 / Valorização, entendida como a quantificação monetária dos diferentes custos associados com a implementação de acções e projectos CSS.

Após a recepção dos formulários preenchidos, o Consultor pode entrar em contato com a pessoa designada para o efeito, para ampliar ou esclarecer qualquer resposta.

Nome :	
Cargo:	
Instituição:	
País:	
Detalhes de contato: (e-mail, endereço de skype, número de telefone)	

Para esclarecimentos sobre o preenchimento do formulário, por favor, entre em contato com o Sr. Jorge Enrique Prieto Cardozo, consultor responsável da investigação, ao correio jepc61@hotmail.com ou através de Amilcar Mejia (amilcar.mejia@cooperacionsursur.org).

MUITO OBRIGADO PELO APOIO E PARTICIPAÇÃO!

I. MARCO NORMATIVO

1. Seu país têm uma normativa que determina a obrigação de valorizar a CSS?

Sim Não

Se sua resposta é Sim, especificar:

Nome da normativa	
Classificação da normativa	

2. De acordo com o quadro regulamentar do seu país quais são as principais motivações políticas e / ou técnicas para melhorar a CSS?

- Visibilidade de CSS que faz o país
- Valorização da contribuição técnica oferecida pelo país
- Transparência dos gastos públicos
- Entrada de estatísticas oficiais
- Outros: _____
- Não aplica

3. Quais são os principais assuntos que limitam a valorização da CSS no seu país?

- Existe interesse em valorizar, mas não existe uma metodologia clara
- Não se considerou a necessidade de valorizar
- Não existe um quadro regulamentar para apoiar a valorização
- Sim, existe um quadro regulamentar, mas a valorização do CSS não é aplicada
- Restrições institucionais
- Restrições de acesso à informação
- Restrições de disponibilidade de informações
- Restrições orçamentais
- Outras limitações: _____

4. A respeito da CSS que o seu país executa, com que tipo de informação conta?

- Vãos
 Alojamentos
 Alimentação
 Transporte interno
 Matérias
 Outros: _____

4.1. Com base na pergunta anterior, qual a percentagem de dita informação se origina na sua instituição? (exemplo., a sua instituição é a fonte de informações)

- Vãos
 Alojamentos
 Alimentação
 Transporte interno
 Matérias
 Outros: _____

4.2. Em relação à informação que a sua instituição não controla, como é que obtém esta informação em termos de despesas executadas na CSS?

- Solicita a informação Sim Não
 Recebe a Informação Sim Não
 Não obtém

4.3. Se sua resposta anterior é sim, Qual é a periodicidade com que recebe as informações?

4.4. Existem normas específicas que determinam a obrigação para as instituições nacionais para relatar informações sobre o custo de execução da CSS para o órgão de cooperação internacional ou alguma outra instituição (especificar se for o caso)?

- Sim Não

Institución: _____

II. METODOLOGIAS

5. Conta com uma metodologia formal para a valorização da CSS?

Sim Não

5.1. *Liste o nome do documento onde a metodologia de valorização e da instituição responsável por esta tarefa é definido.*

Nome do documento

Instituição encarregada da
valorização da CSS

5.2. *Tal metodologia se encontra:*

Em construção
 Finalizada e Implementada

6. No caso em que não se possua uma metodologia específica, explique os métodos utilizados para a valorização da CSS, e que instituição pública realiza esse tipo de exercício.

Não Aplica

7. A metodologia com que se conta, foi adoptada com base num instrumento jurídico / administrativo??

Sim Não Não aplica

Como se chama e qual instância aprovou este instrumento?

8. Qual é a base com a qual se formulou a metodologia de valorização de CSS com a que conta?

Base conceitual: Sim Não ¿Qual? _____

Base teórica: Sim Não ¿Qual? _____

Criterio técnico: Sim Não ¿Qual? _____

Não Aplica:

9. Quem desenvolveu a metodologia?

- Instituição governamental que regula a cooperação
- Outra instituição governamental
- Instituição não-governamental
- Não aplica

10. O desenho da metodologia foi baseado em um já existente anteriormente?

Sim Não ¿Qual? _____

10.1. Como se produziu o processo de adaptação da metodologia de valorização da CSS no seu país?

- Ele foi aplicado de acordo com o projeto original
- Pequenas alterações foram feitas
- Alguns elementos essenciais foram modificados
- Apenas foi tomado como referência para um novo desenho
- Não aplica

11. Quando começou a ser aplicado?

- Inferior a um ano
- Entre um e três anos
- Entre três e cinco anos
- Mais de cinco anos
- Não aplica

12. De acordo com a metodologia, o que é especificamente valorizado na CSS?

Ver tabela adjunta

13. Que meio utiliza para capturar a informação necessária para desenvolver a valorização da CSS?

- Preenchimento de formulários
- Folhas de cálculo
- Plataforma de captura
- Entrevistas
- Outra forma de captura Qual? _____
- Não aplica

14. É executado algum processamento à informação com que conta a fim de obter as valorizações finais da CSS??

- Sim Não

Explique

- Não aplica

15. São realizados controles de qualidade da informação que se recebe?

- Sim Não

Explique

- Não aplica

16. São realizados controles de qualidade da informação que se produz?

- Sim Não

Explique

- Não aplica

17. Para além das acções ou projectos de cooperação técnica, que outras expressões da CSS estão incluídas no processo de valorização? O seu cálculo é incluído na metodologia?

- Doações monetárias (recursos financeiros),
Cálculo Incluído na metodologia Sim Não
- Doações não monetárias (em espécie)
Cálculo Incluído na metodologia Sim Não
- Subsídios
Cálculo Incluído na metodologia Sim Não
- Ajuda de emergência
Cálculo Incluído na metodologia Sim Não
- Outro : _____
Cálculo Incluído na metodologia Sim Não
- Não aplica

Se a sua resposta a qualquer item foi NÃO, explicar o método de cálculo

Conceito	
Forma de Calculo	

III. DIFUSÃO E USO DA INFORMAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DA CSS

18. Algum país ou instituição internacional solicita informações sobre o valor de seu CSS?

Sim Não

Especifique na tabela abaixo as instituições internacionais que solicitam tais informações

Instituição
País

19. Internamente, é reportada a alguma instituição a informação sobre o valor de seu CSS?

Sim Não

Especifique na tabela abaixo as instituições que solicitam tais informações

Instituição
Ator Interessado

20. A sua instituição solicita informações sobre a valorização da CSS a instituições similares em outros países??

Sim Não

Se sua resposta for sim, selecione as opções, com base nas informações solicitadas.

Cargos diretos

- Voos
 Alojamentos
 Alimentação
 Viaticos
 Visa
 Materiais

- Transporte interno
 Outros

Cargos indiretos

- Apoio administrativo
 Apoio equipe técnico da CSS
 Outros

Aporte técnico nacional

- Profissionais e técnicos
 outros

Outros

- outros

21. No seu país utilizam a informação de valorização da CSS para a tomada de decisões e melhoramento do desempenho da CSS?

- Sim Não Não aplica

22. No seu país utilizam a informação de valorização da CSS para satisfazer outros propósitos?

- Sim Não Não aplica

Se sua resposta for sim, descreva brevemente na tabela abaixo.

Motivar dotações orçamentais para a CSS	
Fortalecer e apoiar a política externa de seu país	
Transparência na execução dos recursos públicos	
Promover as relações Triangulares e da CSS	
Outros	

23. O seu país tem alguma limitação ou reserva -por exemplo, regulamentos ou política para divulgar publicamente informações produto da valorização da CSS (relatórios e documentos acessíveis ao público)?

Sim Não

Se sua resposta foi SIM, explique brevemente

Não aplica

IV. OPORTUNIDADES DE TROCA

24. A propósito dos processos de valorização da CSS no seu país, tem pontos fortes, boas / más práticas que possam ser partilhados com outros países Iberoamericanos?

Sim Não

Se sua resposta é Sim. Por favor, especificar:

Desenho de marcos normativos	
Desenho de metodologias	
Ajustes de metodologias	
Fortalecimentos institucionais	
Assuntos tecnológicos	
Identificação de informação	
Treinamento para pessoal de trabalho	
Outros	

25. Em relação à valorização da CSS, precisa seu país apoio de outros países, neste caso?

Sim Não

Se sua resposta é Sim. Por favor, especificar:

Desenho de marcos normativos	
Desenho de metodologias	
Ajustes de metodologias	
Fortalecimentos institucionais	
Assuntos tecnológicos	
Identificação de informação	
Treinamento para pessoal de trabalho	
Outros	

Muito obrigado pela cooperação!

SÉRIE DOCUMENTOS DE TRABALHO

- 1 Sistematizar para aprender: lições de nove experiências de Cooperação Sul-Sul e Triangular
- 2 A Cooperação Sul-Sul e Triangular nos cenários globais e regionais sobre o desenvolvimento em Ibero-América (2008 – 2012)
- 3 Sistematizar a Cooperação Sul – Sul para construir conhecimentos desde a prática
- 4 Gerando indicadores para a Cooperação Sul – Sul: uma olhada ao trabalho realizado desde o Programa
- 5 Cronologia e História da Cooperação Sul – Sul um aporte desde Ibero-América
- 6 Diagnóstico dos quadros regulamentares e institucionais para a gestão da cooperação sul-sul nos países Ibero-Americanos
- 7 Diagnóstico da metodologia de gestão para a cooperação sul-sul nos países da Ibero-América
- 8 Guia orientadora para a gestão da cooperação triangular em Ibero-América



Secretaría General
Iberoamericana
Secretaria-Geral
Ibero-Americana



PROGRAMA IBERO-AMERICANO
PARA O FORTALECIMENTO DA
**COOPERAÇÃO
SUL-SUL**

📍 Calle El Pedregal, Boulevard Cancillería
Edificio 4, Planta Baja, Ciudad Merliot,
Antiguo Cuscatlán. El Salvador

🌐 www.cooperacionsursur.org

☎️ (503) 2237-5669/-5670/ (503) 2231-1225

🐦 [www.twitter.com/PIFCSS](https://twitter.com/PIFCSS)

📘 www.facebook.com/CooperacionSurSur

📺 www.youtube.com/user/CooperacionSurSur

🌐 www.linkedin.com/company/cooperacionsursur

ISBN 978-99961-957-4-7



9 789996 195747 >